Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé

Avaliação da efetividade da participação social no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé

Dayani Guero

Florianópolis/SC
2018

Dayani Guero

Avaliação da efetividade da participação social no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé

Trabalho apresentado ao Ciclo de Formação em Gestão para Resultados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, como requisito de conclusão.

Florianópolis/SC
2018

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dayani Guero

Avaliação da efetividade da participação social no Conselho Deliberativo da Resex do Pirajubaé

Trabalho apresentado ao Ciclo de Formação em Gestão para Resultados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, como requisito de conclusão.

Aprovada em: ___/___/___

_____
Avaliador 1.....

_____
Avaliador 2.....

_____
Avaliador 3.....

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Resex Marinha do Pirajubaé no contexto estadual e na Ilha de Santa Catarina 09

Figura 2 – Ilustração gráfica da Escada da Participação Cidadã (Arnstein, 1969) 16

Figura 3 – Pirâmide - Quantidade de informação e nível de agregação 20

Figura 4 – Indicadores Sociais classificados segundo natureza do indicador 21

Figura 5 – Intersecção da participação entre ICMBio e conselheiros nos GT 30

LISTA DE SIGLAS

Acadebio – Academia Nacional da Biodiversidade
CCDRU – Contrato de concessão de real direito de uso
CG – Conselho gestor
CGUC – Conselho Gestor de Unidade de Conservação
CDRP - Conselho Deliberativo da Resex Pirajubaé
GT – Grupo de trabalho do conselho gestor
IUCN - International Union for Conservation of Nature
PT - População Tradicional
Resex – Reserva Extrativista
Resex Pirajubaé – Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Lei Federal nº 9.985/2000
TBC – Turismo de Base Comunitária
UC – Unidade de conservação

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados do esforço de avaliação da efetividade da participação social do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé por meio da análise de dados primários, elaboração de diagnóstico e construção e aplicação de indicadores. Na primeira parte do trabalho foi realizada a organização dos dados dos encaminhamentos e itens de pauta do conselho gestor da unidade de conservação e seus grupos de trabalho no período de setembro de 2016 a setembro de 2018. A análise dessas informações possibilitou a elaboração de um diagnóstico dos resultados e impactos das ações e atividades do colegiado, tanto para a gestão da unidade de conservação, como para a população tradicional afetada, para a atuação política e a própria gestão do colegiado no período analisado. Na segunda parte do trabalho foram analisados os princípios indicados pela IUCN (*International Union for Conservation of Nature*) para avaliação da governança em áreas protegidas e selecionadas propostas de indicadores que atualmente estão sendo trabalhadas pelo Instituto Chico Mendes por meio de consultoria contratada. A partir dessa análise foram desenvolvidos seis indicadores de efetividade de participação social na gestão das unidades de conservação. A aplicação dos indicadores com os dados do conselho gestor da Resex do Pirajubaé é apresentada na última parte do trabalho. O resultado final é a avaliação da efetividade do colegiado em cada um dos princípios, indicando temas e ações que demandam maior esforço de gestão.

Palavras-chaves: Conselhos Gestores; Participação Social; Indicadores de efetividade; Resex do Pirajubaé; Gestão de Unidades de Conservação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 08
   1. Tema..... 08
   2. Unidade de Aplicação 08
   3. Justificativa..... 10
   4. Objetivos..... 11
2. METODOLOGIA DE REALIZAÇÃO DA PRÁTICA..... 11
3. REFERENCIAL TEÓRICO……..... 15
4. RESULTADOS ALCANÇADOS E DISCUSSÃO..... 25
5. CONCLUSÃO..... 51
6. REFERÊNCIAS..... 55

APENDICE 1– Projeto CANVAS 57

APENDICE 2 – Banco de dados das ações do Conselho da Resex do Pirajubaé 60

APENDICE 3 - Diagnóstico das reuniões do Conselho Deliberativo da Resex do Pirajubaé 64

APENDICE 4 - Diagnóstico das reuniões dos Grupos de Trabalho do Conselho Deliberativo da Resex do Pirajubaé 68

APENDICE 5 - Tabela da participação nas reuniões dos conselheiros por setor de representatividade 73

ANEXO 1 –Indicadores propostos pela consultoria do ICMBio em análise e validação para o Princípio 1. LEGITIMIDADE E VOZ 74

ANEXO 2 – Indicadores propostos pela consultoria do ICMBio em análise e validação para o Princípio 2. ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 75

ANEXO 3 - Indicadores propostos pela consultoria do ICMBio em análise e validação para o Princípio 3. DESEMPENHO 77

ANEXO 4 - Indicadores propostos pela consultoria do ICMBio em análise e validação para o Princípio 4 - RESPONSABILIDADES E PRESTACAO DE CONTAS 79

ANEXO 5 - Indicadores propostos pela consultoria do ICMBio em análise e validação para o Princípio 5 – JUSTIÇA E DIREITOS 80

1. INTRODUÇÃO

1.1 Tema

Este trabalho tem como tema avaliar os resultados das ações e encaminhamentos do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé no período compreendido entre os meses de setembro de 2016 a setembro de 2018 para avaliar a efetividade da participação social do colegiado.

A avaliação para geração de aprendizagem é uma ação de gestão necessária e foi realizada nesse trabalho porque o conselho gestor da Resex do Pirajubaé monitora seus encaminhamentos e ações, mas nunca realizou uma avaliação que possibilitasse a elaboração de estratégias de melhoria em sua gestão.

A participação social por meio dos conselhos gestores de unidades de conservação traz resultados para qualificação da gestão unidade de conservação e para além dela, gerando impactos para o desenvolvimento socioambiental e fortalecimento da atuação política dos atores sociais envolvidos, ampliando a democracia e a melhor implementação das políticas públicas.

Por meio da sistematização de dados, foi elaborado um diagnóstico dos resultados da atuação do colegiado no período estudado e construídos indicadores que possibilitaram a avaliação de sua efetividade. Os resultados serão apresentados aos conselheiros para subsidiar o planejamento, ação que poderá ser repetida periodicamente para comparação dos resultados por meio dos indicadores propostos. O esforço também poderá ser aplicado em outros conselhos gestores, possibilitando a inter-relação da efetividade da participação em diferentes unidades de conservação, inclusive aquelas de categorias diferentes, ou seja, uso sustentável e proteção integral. Assim, a avaliação e construção dos indicadores de efetividade poderá contribuir para a qualificação da gestão dos conselhos e unidades de conservação, fortalecendo e ampliando a participação social na gestão pública.

1.2 Unidade de Aplicação

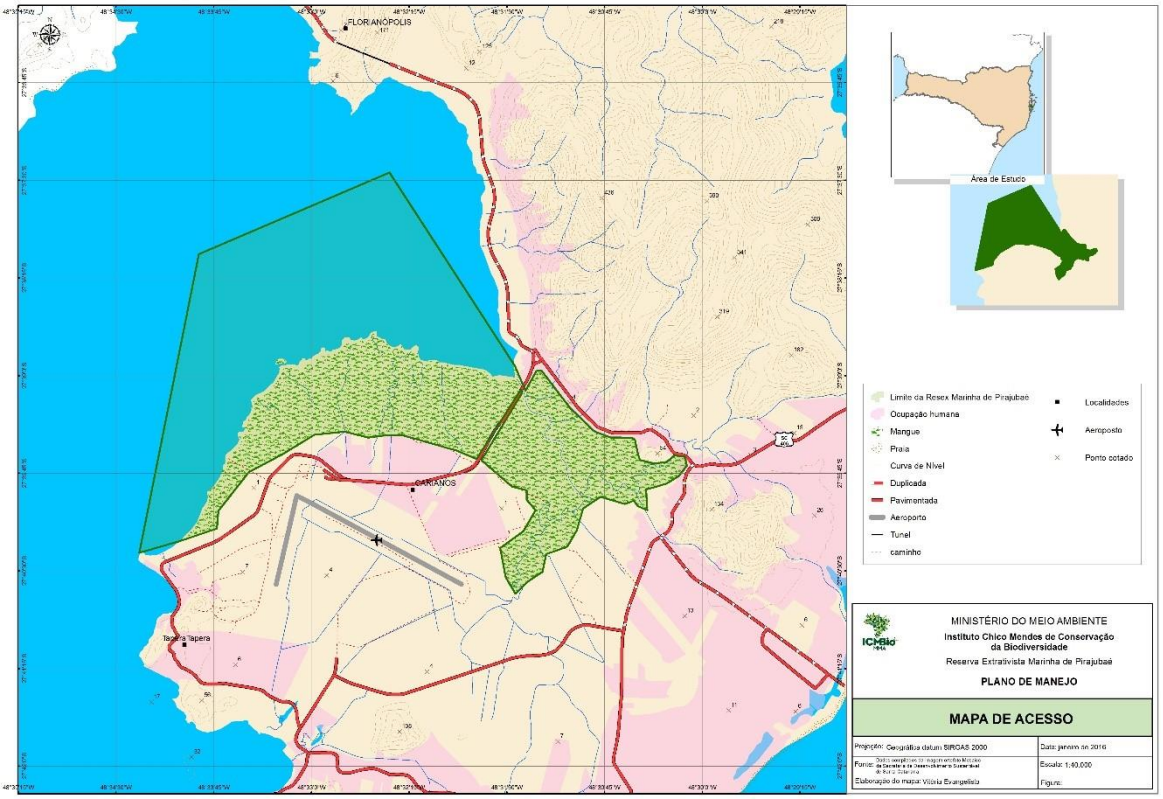
A Resex Pirajubaé possui reconhecidos valores ambientais, sociais e econômicos nos seus aproximadamente 1.688 ha de área de manguezal e mar, na ilha de Florianópolis, em Santa Catarina. Ela foi criada em 1992, sendo a primeira reserva extrativista marinha do Brasil e tem por finalidade valorizar o conhecimento, cultura e a economia da população

tradicional, assegurando o uso sustentável e a conservação de seus recursos naturais renováveis, e a proteção dos ambientes naturais necessários para a manutenção da vida marinha da região.

A Resex Pirajubaé possui a maior área de mangue da ilha de Florianópolis e sua conservação é fundamental para assegurar a biodiversidade e o modo de vida dos pescadores de toda a região. A população tradicional local faz uso dos recursos do estuário do Rio Tavares, por meio da pesca artesanal, coleta de caranguejos e do molusco berbigão (*Anomalocardia brasiliensis*).

Localizada na baía sul da cidade, em uma área urbana contigua ao centro da capital do estado, e junto às vias de acesso ao aeroporto e ao sul da ilha, sofre grande pressão antrópica (Figura 1). Está continuamente ameaçada pelas obras estruturais e processos de urbanização da cidade, os quais impactam negativamente o ambiente estuarino e de manguezal, comprometendo o acesso aos recursos naturais e a manutenção do modo de vida da população beneficiária da Resex. Esta realidade é destacada no presente trabalho quando analisadas as pautas e encaminhamentos do conselho gestor, cuja temática de licenciamento ambiental e atuação política para fazer cumprir as condicionantes ambientais é tema recorrente nas reuniões do colegiado.

Figura 1. Localização da Resex Marinha do Pirajubaé no contexto estadual e na Ilha de Santa Catarina.



Fonte: ICMBio, Resex do Pirajubaé, 2016.

Atualmente a Resex possui 218 extrativistas beneficiários, cujo cadastro de cada um foi homologado e reconhecido pelo GT Perfil da Família Beneficiária, instituído pelo conselho gestor.

No primeiro trimestre de 2015 ocorreu uma alta mortandade do berbigão, que era o principal produto da UC, o que levou alguns extrativistas a migrarem para a pesca artesanal ou buscar outras alternativas de renda, especialmente no mercado informal.

A unidade de conservação tem concentrado seus esforços de gestão para a recuperação dos estoques populacionais do berbigão, construção dos planos de uso de recursos (peixes, caranguejo, berbigão), elaboração do Plano de Manejo e estruturação do Turismo de Base Comunitária como estratégia de valorização do modo de vida tradicional.

Quanto à participação social, tema estudado por este trabalho, o principal espaço para sua realização é o conselho deliberativo, que segundo o SNUC, nas reservas extrativistas, tem a função de gerir a UC. Em 2009 foi formado o Conselho Deliberativo da Resex do Pirajubaé, mas sua oficialização se deu por meio da Portaria Nº 113, de 26 de dezembro de 2011, do ICMBio. Sua última modificação de composição se deu por meio da Portaria nº 04, de 17 de dezembro de 2015, cuja homologação se deu pela Portaria ICMBio/CR9 n° 004/2015. O conselho é composto atualmente por 22 cadeiras, sendo 13 delas ocupadas por representantes da população tradicional. Sua composição está representada na tabela do Apêndice 5.

1.3. Justificativa

Desde 2015, o Conselho Deliberativo da Resex Pirajubaé monitora sistematicamente seus encaminhamentos a cada reunião, mas nunca realizou uma avaliação aprofundada dos resultados, impactos e efetividade de suas ações.

Essa realidade pode ser transferida para a maioria dos conselhos gestores de unidades de conservação, cuja avaliação ainda não é uma prática absorvida como cultura organizacional. Assim, a construção de indicadores propiciará a utilização de uma ferramenta importante para avaliação da efetividade da participação social e a geração de aprendizagem institucional.

O entendimento e a apropriação dos resultados de gestão pelos próprios conselheiros e pela equipe gestora propiciarão aprendizagem e consequentemente a melhoria da gestão da Resex. Entende-se também que a percepção da efetividade dos esforços realizados pelo conselho gestor e seus grupos de trabalho aumentará o pertencimento e engajamento dos atores envolvidos.

A construção e a proposição de indicadores de efetividade da participação social nos conselhos gestores possibilitará a aplicação futura dos mesmos para comparação dos resultados com outras unidades de conservação, podendo-se estabelecer a inter-relação entre elas e a adoção de novas estratégias para a melhoria da gestão.

Pretende-se também contribuir para o debate da importância dos conselhos gestores de unidades de conservação e sua valorização pela sociedade, gestores, Instituição e principalmente pelos próprios conselheiros.

1.4 Objetivo

O objetivo do trabalho é avaliar a efetividade da gestão participativa do Conselho Deliberativo da Resex do Pirajubaé por meio da elaboração de diagnóstico e da construção e aplicação de indicadores.

Com o diagnóstico e a avaliação produzidos, objetiva-se também comunicar os resultados aos conselheiros, possibilitando que eles tenham maior pertencimento e engajamento ao reconhecerem o valor do seu empenho, o que consequentemente resultará na qualificação da gestão da Resex do Pirajubaé.

A publicação e transparência dos resultados da avaliação da efetividade ampliará o entendimento da importância do conselho como instrumento de gestão da unidade de conservação.

2. METODOLOGIA DE REALIZAÇÃO DA PRÁTICA

O projeto inicial foi elaborado na Acadebio em 28/08/2018 por meio da metodologia “CANVAS” (Apêndice 1), denominado “Avaliação da efetividade da participação social no Conselho Deliberativo da Resex do Pirajubaé” e prevê os seguintes grupo de entrega:

Quadro 1. Grupos de entrega do Projeto CANVAS

Grupo de entrega	**Descrição da atividade**
Grupo 01	Criação de banco de dados das ações do conselho
Grupo 02	Diagnóstico das reuniões do conselho e grupos de trabalho
Grupo 03	Diagnóstico da participação nas reuniões dos conselheiros por setor de representatividade
Grupo 04	Construção dos indicadores
Grupo 05	Avaliação do resultado da aplicação dos indicadores
Grupo 06	Validação da aprendizagem na equipe
Grupo 07	Entrega do TAF

Fonte: A autora, 2018

Para o alcance dos objetivos do projeto, foram analisados os dados institucionais do

Conselho Deliberativo da Resex do Pirajubaé no período compreendido entre setembro de 2016 a setembro de 2018.

Pode-se classificar o conhecimento em quatro partes: dados, informações, conhecimentos e sabedoria. O trabalho de campo buscou, no grupo de entrega 01 sistematizar os dados referentes ao período analisado. Já os grupos de entrega 02 e 03 tiveram o objetivo de alcançar o segundo nível da pirâmide, ou seja, a entrega de informações, por meio da contextualização e interpretação dos dados.

Os demais grupos de entrega permitiram gerar conhecimento para a utilização da informação de forma mais eficaz. Os indicadores construídos no trabalho poderão ser aplicados no próximo mandato dos conselheiros e também em outras unidades de conservação, possibilitando a aprendizagem organizacional representada pelo último nível da pirâmide do conhecimento.

2.1. Grupo de Entrega 01 - Banco de dados das ações do conselho

Esse produto gerou a Tabela Banco de dados das ações do conselho que pode ser consultada no Apêndice 2 deste relatório. Ela reúne os dados dos processos administrativos e arquivos da Resex do Pirajubaé referentes aos encaminhamentos e ações do colegiado no período analisado.

Visando subsidiar a análise e possibilitar uma possível inter-relação entre outros conselhos gestores de UC, alguns dados foram interpretados e incluídos na tabela (Apêndice 2) por meio de colunas. A criação dessas colunas permitirá que os dados que são específicos da Resex do Pirajubaé possam ser interpretados e relacionados com os dados das demais unidades de conservação.

A primeira coluna criada, foi denominada “quem - interpretação de dados” e unificou a denominação dada nas reuniões, ou seja, aquela que foi registrada na coluna “QUEM”. Por exemplo, quando se trata de encaminhamento atribuído a algum conselheiro, o nome da instituição e/ou representante foi substituído por “conselheiro”. Da mesma forma os nomes dos servidores foram substituídos por “ICMBio” e o nome dos grupos de trabalho por “GT”.

A segunda coluna incluída foi denominada “temática” e agrupou os encaminhamentos em temas de gestão que são comuns às unidades de conservação. A saber:

- Reconhecimento/cadastro de usuários/beneficiários;
- Proteção e fiscalização;
- Gestão Participativa;

- Licenciamento;
- MPF/Judicializações;
- Uso sustentável dos recursos;
- Uso Público (Turismo de Base Comunitária - TBC);
- Uso Público;
- Organização Social;
- Pesquisa;
- Plano de Manejo;
- Regularização fundiária;
- Conflitos territoriais.

Existem encaminhamentos do conselho nos quais o colegiado contribui com as ações de atribuição exclusiva do órgão gestor. Também existem encaminhamentos nos quais o conselho demanda e cobra resultados do órgão gestor referentes às suas atribuições. A execução dessas atribuições não está vinculada necessariamente à existência do conselho gestor.

Em contrapartida, existem encaminhamentos que não necessariamente teriam sido realizados pelo órgão gestor por não serem de sua atribuição, mas são protagonizados e demandados pelos atores sociais do colegiado. A coluna “demandas de gestão” foi desenvolvida visando diferenciar esses últimos, ou seja, quais são as deliberações que são demandas e se classificam como gestão da UC e quais se referem às outras demandas dos interesses representados no conselho.

A coluna “impacto” classifica e orienta onde a ação contribui, indicando em qual área a deliberação poderá gerar mais impacto. Foram relacionados os impactos conforme quadro 2:

Quadro 2. Impactos das deliberações do conselho gestor de unidade de conservação

Impacto	**Descrição**
Atuação Política do Conselho	Encaminhamentos e ações que geram impacto em sua atuação política, ou seja, articulação e mobilização do colegiado para gestão de conflitos de interesses do atores e políticas públicas, como exemplo, moções de apoio e repúdio e reuniões com Ministério Público Federal.
Gestão da UC	Encaminhamentos e ações que geram impacto na gestão da unidade de conservação, que se inter-relacionam com as atribuições do órgão gestor e seus instrumentos de gestão como exemplo o Plano de Manejo.

Gestão do Conselho	Encaminhamentos e ações que geram impacto na própria administração e funcionamento do colegiado, como regras de regimento interno, acordos de convivência e criação de grupos de trabalho.
População Tradicional	Encaminhamentos e ações que geram impacto no modo de vida tradicional, valorização das atividades extrativistas, mobilização e organização social, geração alternativas de rendas, dentre outros.

Fonte: A autora, 2018.

2.2. Grupo de Entrega 02 - Diagnóstico das reuniões do conselho e grupos de trabalho

O Diagnóstico dos Grupos de Trabalho contém informações a respeito do funcionamento dos referidos GT, como pautas de reuniões e encaminhamentos e foi realizado por meio da Tabela Diagnóstico das reuniões do Conselho Deliberativo da Resex do Pirajubaé constante no Apêndice 3.

Já o diagnóstico das reuniões do Conselho foi feito em duas partes. A primeira foi registrada em formato de tabela (Apêndice 4) que contém as pautas das reuniões e análise das colunas já referidas: “demandas de gestão”, “impacto” e “temática”.

As reuniões do CDRP têm sempre o mesmo formato metodológico:

a) Acordo de convivência e apresentação da programação;
b) Aprovação da ata da reunião anterior;
c) Monitoramento dos encaminhamentos;
d) Apresentação da gestão (acontecimentos e ações de gestão que ocorreram entre as reuniões);
e) Itens de pauta referentes especificamente àquela reunião; e
f) Avaliação da reunião.

Foram analisados neste diagnóstico apenas os itens c e d.

A segunda parte do diagnóstico foi feita a partir da análise do Apêndice 4, constituindo-se de uma interpretação dos dados levantados, visando a elaboração dos indicadores e está incluída neste trabalho no item que se refere ao resultados alcançados e discussão.

2.3. “Grupo de Entrega 03”- Diagnóstico da participação nas reuniões dos conselheiros por setor de representatividade

O grupo de entrega 03 é composto pelo Apêndice 5, ou seja, a tabela da participação nas reuniões dos conselheiros por setor de representatividade e algumas interpretações realizadas a partir dos dados da tabela, relatados no item referente aos resultados

alcançados e discussão.

2.4. “Grupo de Entrega 04”- Construção dos Indicadores

O Instituto Chico Mendes, por meio do Projeto para conservação da biodiversidade e promoção do desenvolvimento social Projeto PNUD BRA/08/023, contratou em 2018 uma consultoria para a produção de um Protocolo único de monitoramento e avaliação do funcionamento dos conselhos gestores em unidades de conservação federais, cujo resultado final, que terá a construção de indicadores para avaliação dos conselhos gestores, ainda não foi entregue. Visando alinhar esforços institucionais, foram analisados os Produtos 1, 2 e 3 da consultoria com o objetivo de utilizar as informações já trabalhadas.

A consultora utiliza como referência para a construção de indicadores, a proposta da IUCN para tratar a questão da governança das áreas protegidas, constante na bibliografia de BORRINI-FEYERABEND *et al.* (2017) e seus bons princípios:

- Legitimidade e voz;
- Orientação Estratégica;
- Desempenho;
- Responsabilização e prestação de contas; e
- Justiça e direitos

O Produto 2 da consultoria propôs indicadores e estão relacionados nos anexos 1, 2, 3, 4 e 5. Essas propostas de indicadores serão ainda validadas com gestores e conselheiros nos próximos produtos da consultoria.

Este trabalho realizou uma análise dessas propostas de indicadores da consultoria e selecionou alguns que, após modificações foram trabalhados com a construção de uma ficha para cada indicador e os mesmos são sugeridos para avaliação da efetividade dos conselhos.

3. REFERENCIAL TEÓRICO:

O motivador principal para criação dos conselhos gestores de unidades de conservação é a promoção da participação social. Portanto, para estudar sua efetividade é fundamental que se tenha compreendido o conceito de participação social, que é definido por Avelar, 2004 como:

> Participação é uma palavra latina cuja origem remonta ao século XV. Vem de *participatio, participacionis, participatum*. Significa “tomar parte em”, compartilhar, associar-se pelo sentimento ou pensamento. Entendida de forma sucinta, é a ação de indivíduos e grupos com o objetivo de influenciar o processo político. De modo amplo, 'a participação é a ação que se desenvolve em solidariedade com outros no

> âmbito do estado ou de uma classe, com o objetivo de modificar ou conservar a estrutura (e, portanto, os valores) de um sistema de interesses dominantes' (PIZZORNO, 1966) (AVELAR, 2004).

Amplos são os conceitos e abordagens a respeito da participação, mas em geral todos procuram sintetizá-la na capacidade dos participantes em alterar a conjuntura política e a classificam em escalas que vão desde a não participação, a participação passiva ou pouca participação, até a escala onde há participação ativa no processo decisório. Dentre os entendimentos, um dos mais difundidos e utilizados em capacitações é a ilustração em degraus apresentados por Arnstein (1969), que passam de não participação (manipulação e terapia); para os degraus de participação passiva (informação e consulta) e chegam até a participação ativa a partir do degrau parceria. Este conceito, conhecido como a Escada da Participação Cidadã pode ser melhor visualizado na figura 2, que se trata de material de facilitação gráfica elaborado pela autora, utilizado em capacitações de conselhos gestores do Instituto Chico Mendes.

Figura 2. Ilustração gráfica da Escada da Participação Cidadã (Arnstein, 1969)

Fonte: A autora, 2018.

De acordo com o conceito adotado de participação, tomar parte inclui o sentimento e pensamento. Bodernave (1985) destaca a importância de como se toma parte, tratando de duas bases: a afetiva, que envolve o prazer em fazer as coisas com os outros, e a

instrumental, pois as decisões construídas são mais assertivas, eficazes e eficientes. Para ele, a participação é uma necessidade fundamental do ser humano, para seu desenvolvimento criativo e de valorização pessoal e social.

Defere-se, portanto, que o desafio é tornar a participação mais qualificada dentre os níveis apontados pelos autores, de forma que as consequências seriam a redução das desigualdades e assimetrias sociais pelos impactos oriundos de decisões mais significativas social e politicamente.

Os conselhos como espaço de participação social surgem muito antes das unidades de conservação brasileiras. Gohn (2006) destaca que suas origens estão relacionadas com a origem da própria participação e datam desde os clãs visigodos. Cita ainda exemplos de colegiados que se tornaram conhecidos como a Comuna de Paris e os conselhos dos sovietes russos. Ao abordar o histórico dos conselhos no Brasil, ela destaca três principais momentos: a) conselhos comunitários, criados pelo poder público executivo, com o objetivo de mediar as relações com os setores organizados da sociedade civil; b) conselhos populares, criados pelos movimentos sociais visando a negociação de políticas públicas; c) os conselhos criados por lei após pressões da sociedade civil no final da ditadura militar, com a promulgação da nova Constituição Federal de 1988, dentre os quais se encontram os conselhos gestores, objeto de estudo nesse trabalho.

A Carta Magna possibilitou a participação direta dos cidadãos no exercício do poder e determinou que os conselhos gestores são os espaços de debate e construção das políticas públicas nacionais, ou seja, que permitem a inclusão dos conteúdos democráticos na vida pública do Brasil, que à época se sua promulgação, precisava urgentemente de um processo de redemocratização pós Ditadura Militar. A partir da Constituição Cidadã, “A participação passou a ser concebida como intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública” (GOHN, 2006).

Dentre todos os conselhos existentes, esse trabalho visa atribuir um recorte e discutir a efetividade dos conselhos gestores de unidades de conservação, que assim são definidos pela Instrução Normativa ICMBio nº 09/20014: Instância colegiada formalmente instituída [...], cuja função é constituir-se em um fórum democrático de diálogo, valorização, participação e controle social, debate e gestão da Unidade de Conservação, incluída a sua zona de amortecimento e território de influência, para tratar de questões ambientais, sociais, econômicas e culturais que tenham relação com a Unidade de Conservação.

Para Calandino (2016) os conselhos gestores de unidades de conservação “constituem o principal elo de comunicação entre a sociedade e o Estado para conservação

da sociobiodiversidade no território de abrangência da UC e seu entorno". Uma efetiva atuação destas instâncias contribui para o aprimoramento da consciência crítica da população sobre a conservação e seu engajamento, o que contribui para a conservação. A autora, ao estudar a participação social nas UC da Amazônia constatou uma tendência de redução do desmatamento naquelas cuja participação social foi mais ativa.

Apesar de a Constituição incluir os conselhos como espaços de gestão descentralizada, muitos pareceres oficiais e legislações, como o SNUC, ainda tem determinado seu caráter apenas consultivo, sem que suas decisões sejam vinculantes às ações do poder público. "É preciso, portanto, que se reafirme, em todas as instâncias, seu caráter essencialmente deliberativo porque a opinião apenas não basta" (GOHN, 2006).

O que se observa é que a legislação federal não reconheceu os conselhos gestores de UC com poderes efetivos de decisão, e o decreto no 4.340/2002 e demais normativas são muito vagas em relação às suas atribuições. Para Santos (2008), os conselhos deliberativos e consultivos acabam tendo praticamente as mesmas atribuições legais que podem ser resumidas em: "i) serem consultados antes da tomada de decisão, listadas no artigo 20 do decreto no 4.340/2002; ii) opinar sobre as questões listadas no mesmo artigo; e iii) acompanhar a gestão com poder apenas de exigir informações e encaminhar denúncias a outros órgãos de controle, como o tribunal de contas e Ministério Público". (SANTOS, 2008).

Mesmo que as competências legais sejam limitadoras, pois não é possível aos CGUC legislar, o poder de efetividade de suas ações é muito maior, pois são nesses colegiados que as questões não previstas em legislação, que são específicas daquele território geopolítico são tratadas e acordadas, muitas vezes materializadas nos Planos de Manejo das UC.

Segundo Macedo (2008), para além das discussões a respeito do caráter consultivo ou deliberativo do conselho, a implementação das decisões depende de outros fatores como a vontade dos gestores e a capacidade operacional dos órgãos gestores. Dessa forma, o fortalecimento dos órgãos públicos fortalece os colegiados, aumentando sua capacidade de resposta às demandas sociais. "(...) também se torna evidente que para termos um conselho "forte" também é fundamental termos um órgão gestor "forte" (MACEDO, 2008).

Para além da discussão de consultivo e deliberativo, entende-se que um conselho atuante pode receber o *status* de deliberativo, pois a efetividade de suas decisões é maior que a de um conselho com pouca qualidade na participação independente de sua categorização legal. E é essa efetividade que se pretende compreender nesse estudo.

Durante muito tempo os conselhos eram vistos como espaço de luta e conquista pelos movimentos sociais, mas depois de algum tempo, passa-se a questionar a efetividade desses espaços, que por vezes acabam se tornando local de validação e legitimação de ações impostas de forma autoritária e por vezes excludentes. Assim, mesmo que os conselhos gestores tenham evoluído em quantidade, isso não significa necessariamente que sejam efetivos e que de fato garantam a participação social e a democracia.

Para Macedo (2008) esses arranjos institucionais vêm se mostrando pouco efetivos quanto à mediação e resolução de problemas concretos das populações e quanto à promoção de mudanças nas dinâmicas de desenvolvimento local/territorial.

Gohn (2001) assinala a necessidade de avaliações sobre o desempenho dos conselhos gestores. Para ela, “tendemos a ser mais argumentativos em relação às suas qualidades, virtualidades e potencialidades, e talvez não críticos o suficiente em relação aos seus problemas” (GOHN, 2001). Reflete ainda que estes espaços podem ser vistos pelos liberais como “mecanismos de colaboração” enquanto a esquerda os vê como “possibilidades de mudanças sociais no sentido de democratização das relações de poder”.

> Os conselhos, poderão ser tanto instrumentos valiosos para a constituição de uma gestão democrática e participativa, caracterizada por novos padrões de interação entre governo e sociedade em torno de políticas sociais setoriais, como poderão ser também estruturas burocráticas formais e/ou simples elos de transmissão de políticas sociais elaboradas por cúpulas, meras estruturas para transferência de parcos recursos para a comunidade, tendo o ônus de administrá-los; ou ainda instrumentos de acomodação dos conflitos e de integração dos indivíduos em esquemas definidos previamente (GOHN, 2001).

Almeida (2017) acredita que a participação social está passando por uma “crise de meia idade”, já que os conselhos deixaram de ser a novidade motivadora para resolução das questões sociais e atualmente não existem estudos que comprovem sua efetividade, dando lugar às “análises críticas e, muitas vezes, céticas sobre o funcionamento das instituições participativas” (ALMEIDA, 2017). Para ela, mesmo que a efetividade seja uma questão central, existem muitas dificuldades em estabelecer parâmetros e indicadores ou ainda termos uma definição clara do que seja efetividade sob a ótica da participação social.

Arretche (1998) entende a avaliação da efetividade de políticas públicas consiste na adoção de métodos e técnicas que permitam estabelecer uma causalidade entre a implementação do programa e política pública e os resultados e seus impactos.

Destaca Almeida (2017) a existência de uma dificuldade ao tentar atrelar participação social aos múltiplos resultados, mas sentido amplo de efetividade está relacionado tanto à qualidade aos efeitos nos indivíduos como aos diferentes resultados esperados da

participação:

> Os efeitos podem ser no nível do indivíduo (autodeterminação, melhoria nas habilidades políticas, transformação das preferências ou inclusão); da comunidade (cultura cívica, aceitação dos resultados, geração de senso de comunidade); da qualificação do próprio processo interno de participação e deliberação – *input legitimacy* –; ou do impacto na formulação e implementação das políticas públicas – *output legitimacy* (ALMEIDA, 2017).

Evidenciada a importância de aferir a efetividade da participação, resta ainda tecer alguns comentários a respeito da diferenciação de eficiência, eficácia e efetividade de políticas públicas. Eficácia está ligada ao alcance de objetivos e metas num determinado período. Relaciona o resultado com o objetivo determinado. A eficiência está relacionada ao uso dos recursos para atingir a eficácia.

Já a efetividade é um conceito mais complexo pois envolve a avaliação de impactos, ou seja, procura compreender os reflexos num contexto mais amplo da aplicação de determinada ação, as mudanças de natureza socioambientais, para os CGUC e de bem-estar-social; ou seja, podem ser efetivas para a conservação da biodiversidade bem como impactar positivamente o modo de vida das comunidades e promover o desenvolvimento socioambiental, missão institucional do Instituto Chico Mendes.

A construção de indicadores é essencial para a avaliação e monitoramento na gestão pública.

> Indicadores são variáveis definidas para medir um conceito abstrato, relacionado a um significado social, econômico ou ambiental, com a intenção de orientar decisões sobre determinado fenômeno de interesse. Um dos tipos de indicadores são os índices (ou indicadores sintéticos) que são a combinação de diversas variáveis que sintetizam um conceito abstrato complexo, em um único valor, para facilitar a comparação entre localidades e grupos distintos, possibilitando a criação de rankings e pontos de corte para apoiar a definição de, por exemplo, políticas, investimentos e ações comuns (SESI, 2010).

Figura 3. Pirâmide - Quantidade de informação e nível de agregação.

Fonte: SESI, 2010.

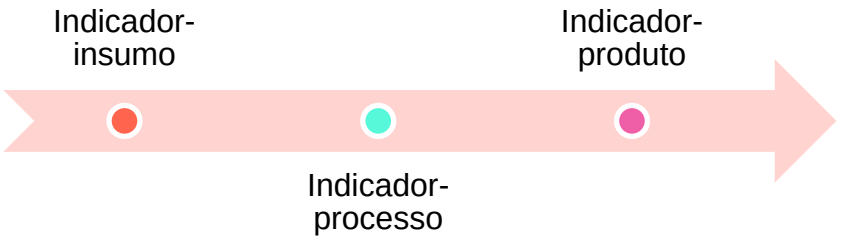
Januzzi (2006) relata que importantes contribuições para o conceito de indicadores sociais já aconteceram a partir dos anos 20 e 30 do século passado, mas houve um grande descrédito em relação à utilidade desses indicadores sobretudo nos anos 1970 com a crise fiscal do Estado. Esse ceticismo durou pouco e já nos meados dos anos 1980, com as experiências de planejamento local e participativo, sua importância voltou a reestabelecida. Para ele:

> Um Indicador Social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma (JANUZZI, 2006).

Para o autor existem diversos sistemas de classificação dos indicadores sociais, sendo um deles aquele que diferencia os indicadores de acordo com três aspectos de avaliação dos programas sociais: indicadores para avaliação da eficiência dos meios e recursos empregados; indicadores para avaliação da eficácia no cumprimento das metas e indicadores pra avaliação da efetividade social do programa, ou seja, seus efeitos no que tange à justiça social, aumento do engajamento político e bem-estar da sociedade.

Outra classificação, bastante relevante para análise de políticas públicas é a diferenciação dos indicadores de acordo com à natureza do ente indicado. Se recurso (indicador-insumo), realidade empírica (indicador-produto) ou processo (indicador-processo). Os primeiros correspondem às medidas associadas aos recursos financeiros, humanos dentre outros. Os indicadores-produto, são aqueles referidos às variáveis resultantes de processos sociais complexos, como condições de vida e avanços das políticas, ou seja, retratam os resultados efetivos das políticas. Já os últimos, intermediários, traduzem o esforço operacional de alocação dos recursos para obtenção das melhorias sociais.

Figura 4. Indicadores Sociais classificados segundo natureza do indicador



Fonte: Jannuzzi, 2006. Adaptado pela autora.

Independentemente de sua classificação, os indicadores sociais necessitam de propriedades desejáveis, conforme quadro 3.

Quadro 3. Propriedades desejáveis nos indicadores sociais.

Propriedades desejáveis	
Relevância social	Especificidade
Validade	Inteligibilidade de sua construção
Confiabilidade	Comunicabilidade
Cobertura	Factibilidade para obtenção
Sensibilidade	Periodicidade na atualização
Desagregabilidade	Historicidade.

Fonte: Jannuzzi, 2006. Adaptado pela autora

Segundo Sesi (2010), os indicadores podem ser descritos com dados contínuos e dados discretos. Os dados contínuos são extraídos, normalmente, a partir de um instrumento de medição e expressos em unidades de medida. A expressão que define o indicador de dados contínuos inicia quase sempre com o tipo de medida e sua unidade. Já os dados discretos são números resultantes de contagens ou de classificação. Como exemplo: domicílios com acesso à rede de abastecimento de água. A descrição de indicadores será iniciada, normalmente, por expressões como número, percentual, razão, taxa, proporção, incidência, prevalência, média. Segue quadro 4 com a lógica de construção de cada um.

Quadro 4 - Descrição de indicadores.

Tipo	**Descrição**
Número ou população	Resultado de uma contagem ou estimativa em valor absoluto. São dados comuns que, por terem sido dotados de um significado ou conceito, passam a ser considerados indicadores
Média	É o valor que representa um conjunto de valores da população. Definida como a soma de todos os valores da população, dividida pelo número de observações
Razão	A razão entre dois números nada mais é do que a divisão entre duas medidas, sendo que o denominador não inclui o numerador, ou seja, são duas medidas separadas e excludentes
Proporção	É o coeficiente entre duas medidas, sendo o numerador o número de casos específicos e o denominador o número de casos possíveis na população multiplicado por 100, estando sempre o numerador incluído no denominador. Pode ser usada para estimar a probabilidade de um evento
Taxa	É utilizada especialmente para acompanhar a variação de determinado fenômeno, em determinado tempo, estando associada com a velocidade e a direção (padrões) da mudança em processos dinâmicos. É um coeficiente assim como a proporção, mas o resultado é multiplicado por qualquer potência de 10, a fim de tornar o resultado de mais fácil compreensão
Incidência	Número de novos casos ou ocorrência surgidos em relação a uma numa determinada população e num determinado intervalo de tempo.
Prevalência	Número de casos existentes em relação a uma determinada população e num determinado momento temporal. Na área da saúde, a prevalência ajuda o profissional a conhecer a probabilidade ou risco de um indivíduo sofrer de determinada doença

Fonte: SESI (2010). Adaptado pela autora.

Para a construção dos indicadores desse trabalho, foram utilizados os princípios elencados pela IUCN considerados como de boa governança para áreas protegidas, descritos no quadro a seguir.

Quadro 5. Considerações sobre os princípios para boa governança, segundo a IUCN.

Princípios	Considerações relacionadas aos princípios
1. Legitimidade e voz	• estabelecer e manter instituições de governança que tenham ampla aceitação e reconhecimento na sociedade. • garantir que todos os detentores de direitos e interessados diretos recebam informações adequadas e suficientes, possam ser representados e ter voz nas recomendações e/ou decisões. • promover o envolvimento ativo dos atores sociais no apoio a áreas protegidas, defendendo a diversidade e a igualdade de gênero. • estender apoio especial a grupos vulneráveis, como povos indígenas, mulheres e jovens, e prevenir a discriminação com base em etnia, gênero, classe social, recursos financeiros, etc. • manter um diálogo ativo e buscar consensos sobre soluções que atendam, pelo menos em parte, às preocupações e aos interesses de todos. • promover o respeito mútuo entre todos os detentores de direitos e interessados diretos. • Honrar regras acordadas, que são respeitadas porque as pessoas se “apropriam” delas e não apenas por medo de repressão e punição. • na medida do possível, atribuir autoridade de gestão e responsabilidade às instituições capazes que estejam mais próximas aos recursos naturais (subsidiariedade).
2. Direção	• formular e seguir uma visão estratégica inspiradora e coerente (perspectiva ampla, de longo prazo) para as áreas protegidas e os seus objetivos de conservação, fundamentada em valores acordados e uma apreciação das complexidades ecológicas, históricas, sociais e culturais únicas de cada contexto. • garantir que as práticas de governança e gestão para áreas protegidas sejam coerentes com os valores acordados. • garantir que as práticas de governança e gestão para áreas protegidas sejam compatíveis e bem articuladas com planos e políticas de outros níveis e setores da paisagem terrestre e marinha mais ampla, e respeitem as obrigações nacionais e internacionais (incluindo o Programa de Trabalho em Áreas Protegidas da CDB - PoWPA). • fornece claras orientações sobre políticas com relação às principais questões de interesse da área protegida e, em particular, para questões controversas (por exemplo, prioridades de conservação, relações com interesses comerciais e indústrias extrativas), e garantir que elas sejam coerentes com dotações orçamentárias e práticas de gestão. • avaliar e orientar o avanço com base em resultados regulares de monitoramento e uma abordagem consciente de gestão adaptativa. • favorecer o surgimento de líderes, gerando novas ideias e permitindo/promovendo cuidadosamente a testagem de inovações, incluindo as relativas a governança e gestão de áreas protegidas.
3. Desempenho	• atingir objetivos de conservação e outros, como planejado e monitorado, inclusive por meio de avaliação contínua da eficácia da gestão. • promover uma cultura de aprendizagem para a política e prática de governança de áreas protegidas com base em mecanismos, ferramentas e parcerias que promovam continuamente a aprendizagem colaborativa e a fertilização cruzada de experiências. • envolver-se na defesa e na promoção em benefício de áreas protegidas. • responder às necessidades dos detentores de direitos e interessados diretos, inclusive dando respostas rápidas e eficazes às solicitações e demandas razoáveis por meio de mudanças na prática de governança e gestão. • garantir que os funcionários das áreas protegidas e os detentores de direitos e interessados diretos, quando for o caso, tenham as capacidades necessárias para assumir suas funções e responsabilidades de gestão, e que essas capacidades sejam usadas de forma eficaz. • fazer um uso eficiente dos recursos financeiros e promover a sustentabilidade

	financeira. • promover a sustentabilidade e a resiliência social, ou seja, a capacidade de gerir riscos, superar crises inevitáveis e sair fortalecido da experiência.
4. Responsabilização prestação de contas	• preservar a integridade e o compromisso de todos que tenham responsabilidades específicas por áreas protegidas. • garantir a transparência, com detentores de direitos e interessados tendo acesso oportuno a informações sobre: o que está em jogo na tomada de decisões, quais processos e instituições podem exercer influência, quem é responsável por que, e como essas pessoas podem prestar contas. • garantir um compartilhamento claro e adequado dos papéis das áreas protegidas, bem como as linhas de responsabilidade e relatórios/prestações de contas. • garantir que os recursos humanos e financeiros alocados à gestão das áreas protegidas estejam devidamente direcionados de acordo com objetivos e planos declarados. • avaliar o desempenho da área protegida, de quem toma decisões e da equipe, e conectar a qualidade dos resultados a recompensas e sanções adequadas e concretas. • estabelecer canais de comunicação (por exemplo, páginas na internet) onde os registros e os relatórios de desempenho de áreas protegidas possam ser acessados. • incentivar feedback sobre o desempenho, a ser fornecido por grupos da sociedade civil e meios de comunicação. • garantir que uma ou mais instituições públicas independentes (por exemplo, *ombudsman*, comissão de direitos humanos, órgão de auditoria) tenham autoridade e capacidade para fiscalizar e questionar a ação de organismos de governança e funcionários das áreas protegidas.
5. Justiça e direitos	• esforçar-se por um compartilhamento equitativo dos custos e benefícios da criação e da gestão de áreas protegidas e por justiça na tomada de todas as decisões relevantes. • Certificar-se de que os meios de subsistência de pessoas vulneráveis não sejam prejudicados pelas áreas protegidas, que as áreas protegidas não gerem nem agravem a pobreza e padrões migratórios socialmente prejudiciais, e que os custos das áreas protegidas, principalmente quando recaem sobre pessoas vulneráveis, não fiquem sem indenização adequada. • Certificar-se de que a conservação seja feita com decência e dignidade, sem humilhar nem prejudicar as pessoas. • Lidar de forma justa com funcionários da área protegida e empregados temporários. • aplicar leis e regulamentos de forma imparcial, coerente ao longo do tempo, sem discriminação e com o direito de recurso (estado de direito). • Dar passos concretos para respeitar os direitos substantivos (jurídicos ou consuetudinários, coletivos ou individuais) sobre a terra, a água e os recursos naturais relacionados às áreas protegidas, e reparar as violações a esses direitos ocorridas no passado. • Dar passos concretos para respeitar os direitos processuais em questões de áreas protegidas, incluindo: informação e consulta adequadas aos detentores de direitos e interessados diretos, práticas de gestão de conflitos justas, e recurso à justiça não discriminatório. • respeitar os direitos humanos, incluindo os direitos individuais e coletivos, e a igualdade de gênero. • respeitar os direitos dos povos indígenas, conforme descrito na Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU. • garantir estritamente o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas a qualquer proposta de reassentamento relacionado a áreas protegidas. • promover o envolvimento ativo dos detentores de direitos e interessados diretos no estabelecimento e na gestão de áreas protegidas.

Fonte, ICMBio, 2018. Adaptado pela autora.

4. RESULTADOS ALCANÇADOS E DISCUSSÃO

4.1. Diagnóstico do Conselho Deliberativo da Resex do Pirajubaé

Além dos apêndices já especificados na descrição da metodologia, que também

compõem o diagnóstico, uma segunda parte foi feita interpretando-se os dados.

4.1.1. Número de reuniões

No período analisado ocorreram 15 reuniões, sendo 14 delas ordinárias e uma extraordinária, que foi convocada pelos conselheiros para apreciar a proposta do empreendedor de alteração da Autorização para Licenciamento Ambiental (ALA) referente à Estação de Tratamento de Esgoto (ETE CASAN).

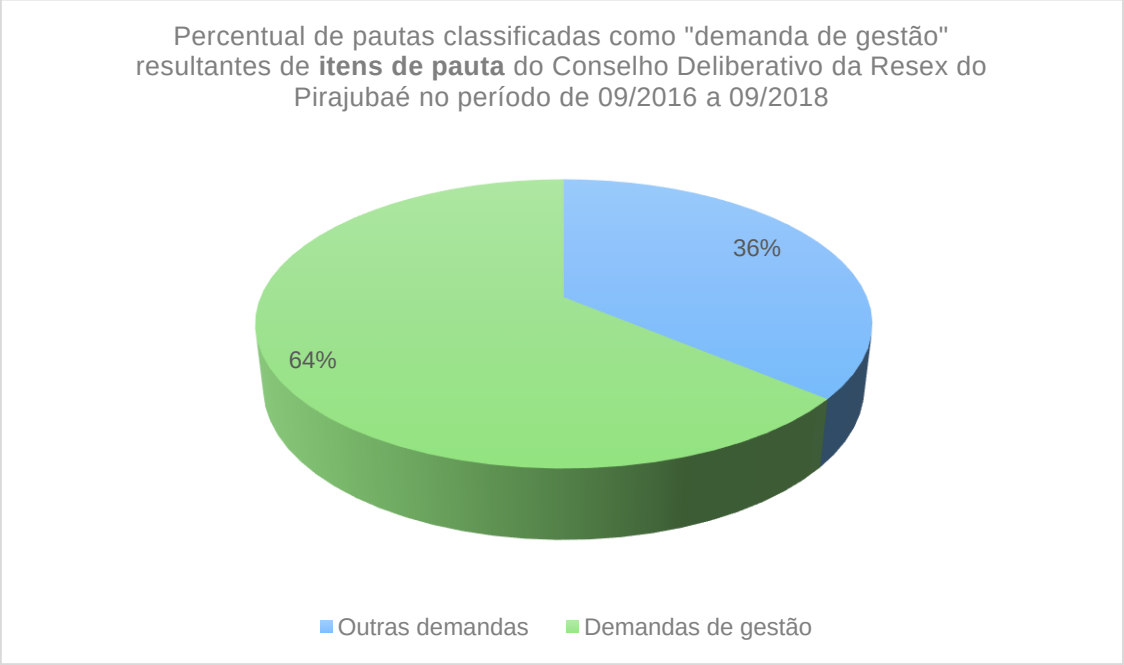
4.1.2. Demandas de gestão

4.1.2.1. Demandas de gestão nas pautas das reuniões do Conselho

Os itens de pauta classificados como demandas de gestão compreendem ações de atribuição técnica da equipe gestora da unidade de conservação, que de certa forma aconteceriam independentemente da existência do conselho gestor implementado.

A pauta da reunião, convocada pela presidente do Conselho, que é chefe da Resex, possui em sua constituição 64% dos assuntos classificados como demandas de gestão, ou seja, mais da metade da pauta proposta é relacionada aos assuntos de a atribuição do órgão gestor.

Gráfico 1. Percentual de itens de pauta classificados como "demandas de gestão" no período analisado.

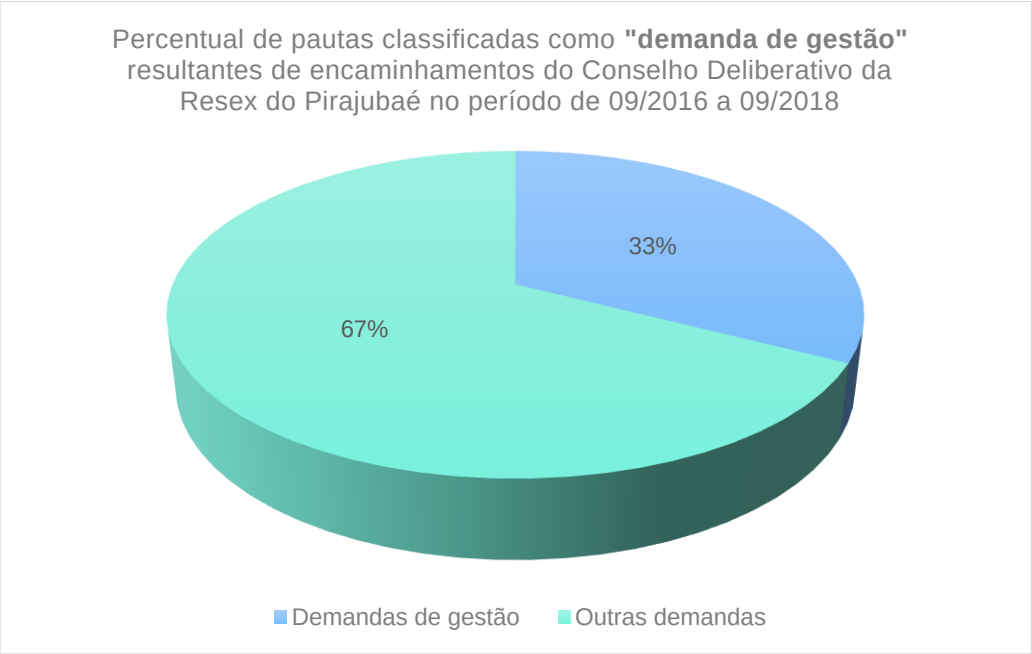


Fonte: A autora, 2018

4.1.2.2. Demandas de gestão nos encaminhamentos das reuniões do Conselho

Ao analisar as demandas de gestão que foram deliberadas por meio dos encaminhamentos, ou seja, que não eram propostas como pauta na convocatória da reunião do Conselho, mas que foram decididas após os debates, observa-se o percentual praticamente é o inverso, ou seja, enquanto que os itens propostos na pauta classificados como demandas de gestão compreendem 64% dos assuntos, aqueles resultantes das plenárias compreendem apenas 33% dos encaminhamentos.

Gráfico 2. Percentual de encaminhamentos do Conselho classificados como "demandas de gestão" no período analisado



Fonte: A autora, 2018

4.1.3. Impactos

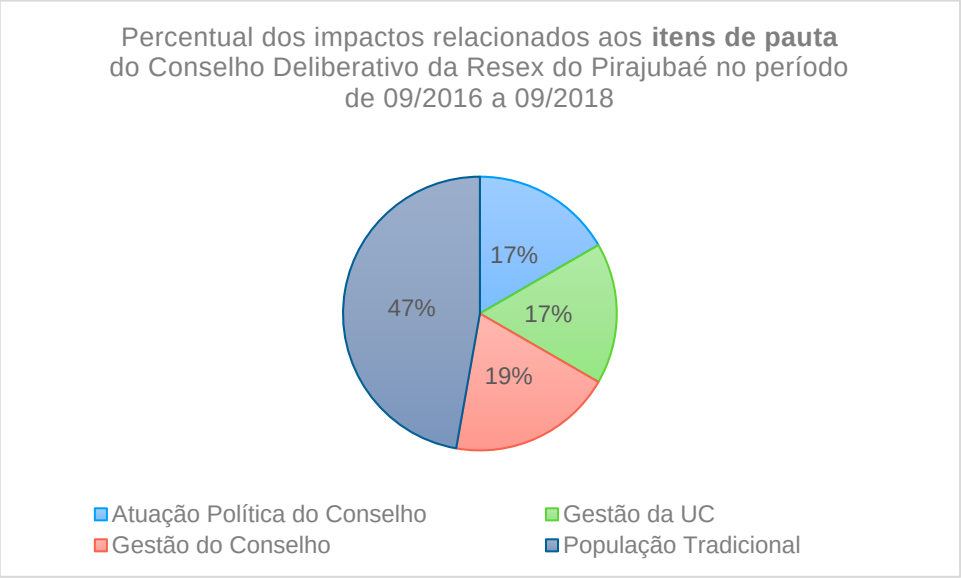
4.1.3.1. Impactos oriundos dos itens de pauta das reuniões do Conselho

Observa-se que a maioria das pautas propostas (47%) tem impacto relacionado à População Tradicional.

Logo após, com 19%, estão os assuntos relacionados ao funcionamento e gestão do conselho, como exemplo a criação de grupos de trabalho, organização e funcionamento do colegiado.

E empatados, com 17% ambos, seguem os impactos na gestão da UC e atuação política do espaço colegiado. Esta atuação política quase sempre está relacionada à temática dos licenciamentos ambientais.

Gráfico 3. Percentual de impactos oriundos dos itens de pauta no período analisado.



Fonte: A autora, 2018

Como grande parte das temáticas foi relacionada ao Perfil da Família Beneficiária (temática “Reconhecimento/cadastro de usuários/beneficiários”), se poderia também interpretar que eram demandas de gestão da UC. Se classificarmos as pautas relacionadas ao Perfil e reconhecimento de beneficiários como de impacto direto à gestão da UC, os valores alteram substancialmente, ficando a gestão da UC com 39% e os impactos à População Tradicional com apenas 25% dos itens de pauta.

Resta esclarecer que no entendimento da autora, essa temática “Reconhecimento/cadastro de usuários/beneficiários” gera impacto direto à População Tradicional, pois decide quem é reconhecido como beneficiário da Resex, ou seja, terá o direito de acessar ao território e utilizar os recursos.

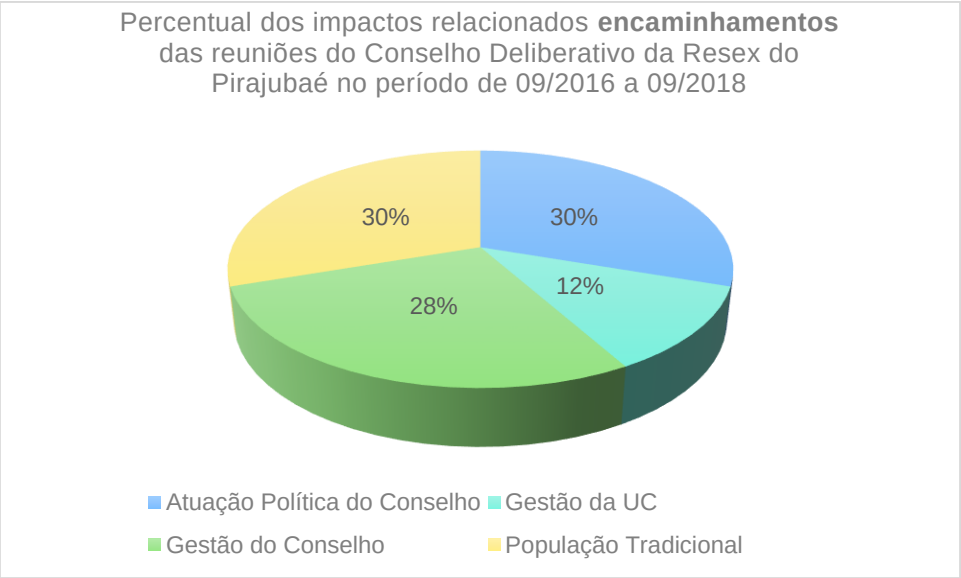
4.1.3.2. Impactos oriundos dos encaminhamentos do Conselho

Assim como na análise dos itens de pauta, o impacto sobre a População Tradicional é ainda o mais representativo, mas segue empatado com a atuação política do colegiado, ambos com 30%. Importante destacar que o período analisado foi marcado pelo encaminhamento de dois processos antigos de licenciamento ambiental, cujas autorização para licenciamento ambiental acabaram sendo emitidas pela Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - DIBIO, de forma divergente às manifestações do Conselho, fato que gerou muitos conflitos no grupo e diversos encaminhamentos em relação à atuação política do colegiado para evitar e até tentativas

de reverter essas autorizações.

Em seguida, com 28%, seguem os encaminhamentos relacionados à gestão do Conselho e apenas 12% gerando impacto direto à gestão da UC.

Gráfico 4. Percentual de impactos oriundos dos encaminhamentos e deliberações do Conselho no período analisado.



Fonte: Autora, 2018

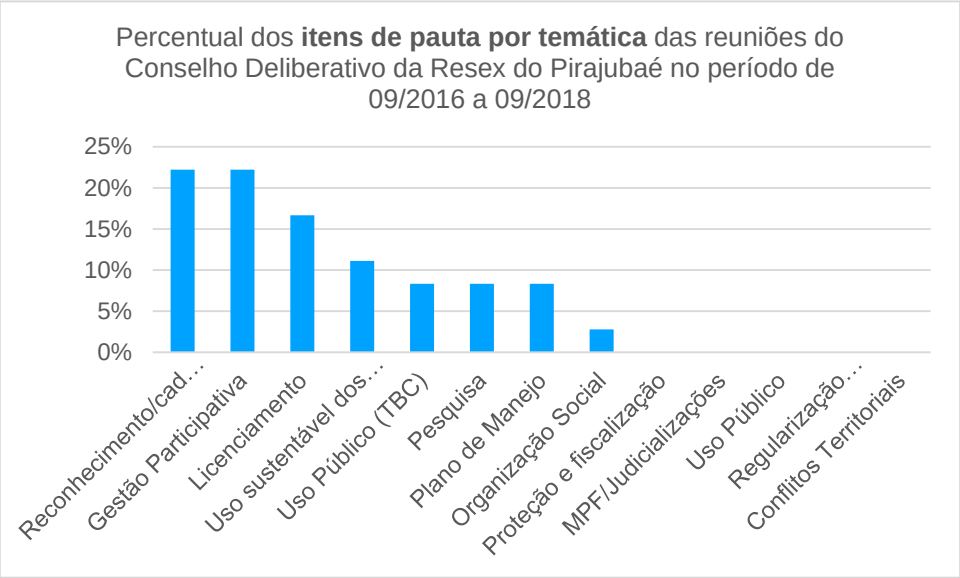
4.1.4. Temática

4.1.4.1. Temática oriunda dos itens de pauta das reuniões do Conselho

Grande esforço de trabalho da equipe gestora e do GT Perfil da Família Beneficiária no período analisado foi direcionado à construção e publicação da Portaria nº 532, de 15 de agosto de 2017, que aprovou o Perfil da Família Beneficiária da Reserva Extrativista do Pirajubaé. Após a publicação, ainda houve o direcionamento para a construção da Resolução nº 01/2017 do Conselho Deliberativo da Resex que estabeleceu os critérios para análise e aprovação de pedidos de reconhecimento como beneficiário e emissão de carteirinhas. Para além da construção de critérios, foram realizadas diversas reuniões do GT Perfil para análise dos processos de pedido de reconhecimento e reanálise de beneficiários já cadastrados para adequação às novas normativas.

Além dessa temática, ainda se destacam as discussões a respeito da gestão participativa e licenciamento ambiental no período analisado.

Gráfico 5. Percentual dos itens de pauta por temática das reuniões do Conselho.

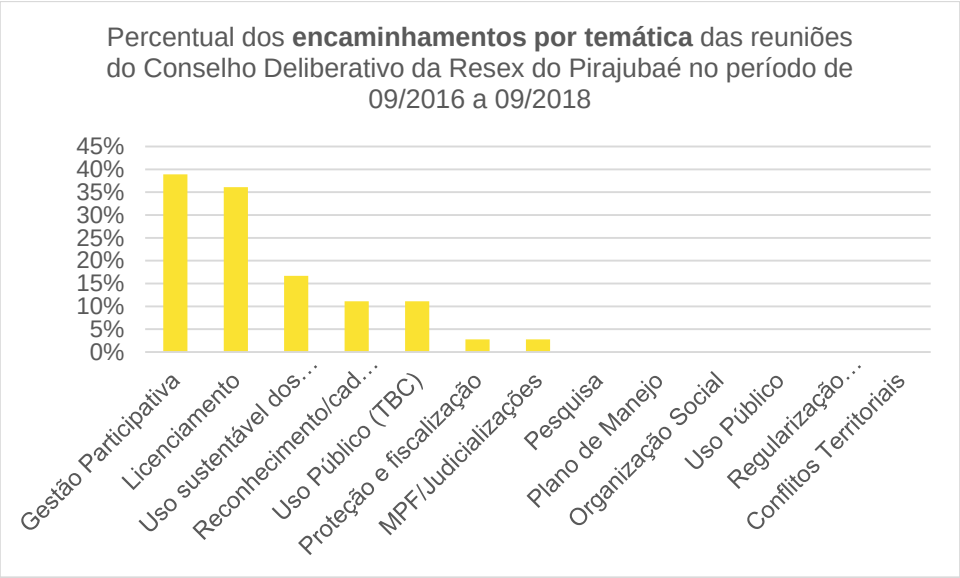


Fonte: A autora, 2018.

4.1.4.2.Temática oriunda dos encaminhamentos das reuniões do Conselho

As deliberações do Conselho estão mais relacionadas à própria gestão participativa, ou seja, estabelecimento de regras e acordos para o bom funcionamento do colegiado. Outra temática com grande percentual de ocorrência refere-se ao licenciamento ambiental, por causa dos processos de autorização que estiveram em pauta no período.

Gráfico 6. Percentual dos encaminhamentos das reuniões do Conselho por temática.



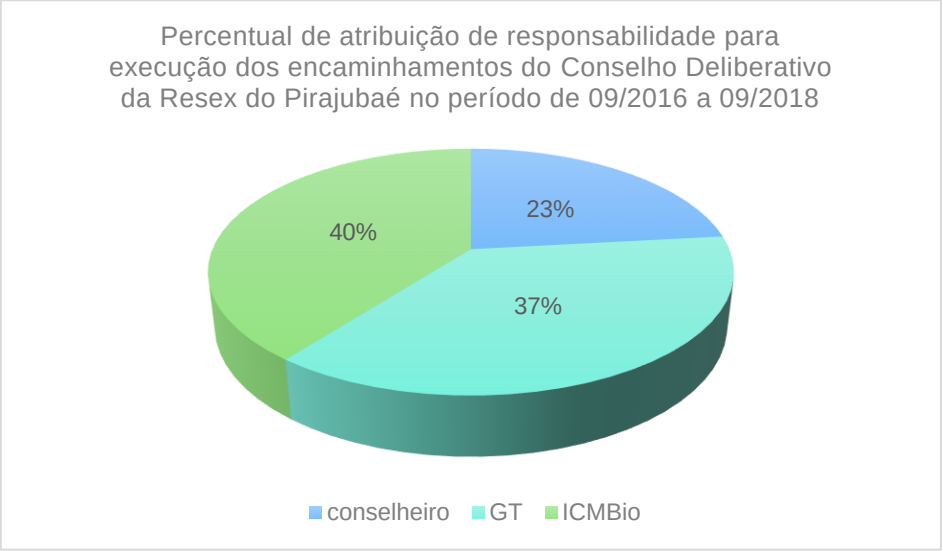
Fonte: A autora, 2018.

4.1.5. Protagonismo

O monitoramento dos encaminhamentos realizado pelo CDRP a cada reunião é feito em formato da tabela com apoio de tarjetas e possui uma coluna denominada “QUEM”. Para facilitar a análise dos dados ela foi modificada, alterando o nome dos conselheiros, nome do grupo de trabalho gerando apenas três responsáveis: ICMBio, Conselheiro e GT.

No gráfico 7 está destacada a distribuição de responsabilidade para execução dos encaminhamentos do Conselho no período.

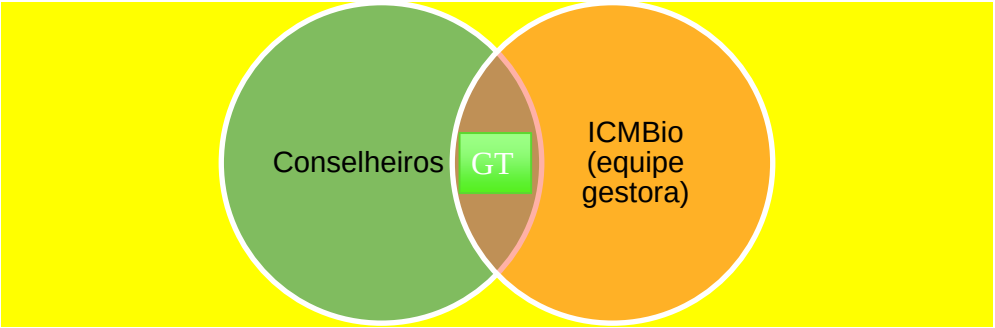
Gráfico 7. Percentual de atribuição de responsabilidade de execução dos encaminhamentos do Conselho.



Fonte: A autora, 2018

Os Grupos de Trabalho – GT, possuem em sua composição conselheiros e representantes da equipe gestora, como demonstrado na ilustração abaixo.

Figura 5. Ilustração da intersecção da participação entre ICMBio e conselheiros nos GT.



Fonte: A autora, 2018.

Considerando que os conselheiros estão em todos os GT, podemos interpretar que mais da metade, ou seja, 60% dos encaminhamentos são protagonizados pelos conselheiros. Outra interpretação é a inversa, somando-se o percentual de atribuição de ações para o ICMBio e GT, podemos interpretar que 77% dos encaminhamentos dependem direta ou indiretamente de ações do órgão gestor.

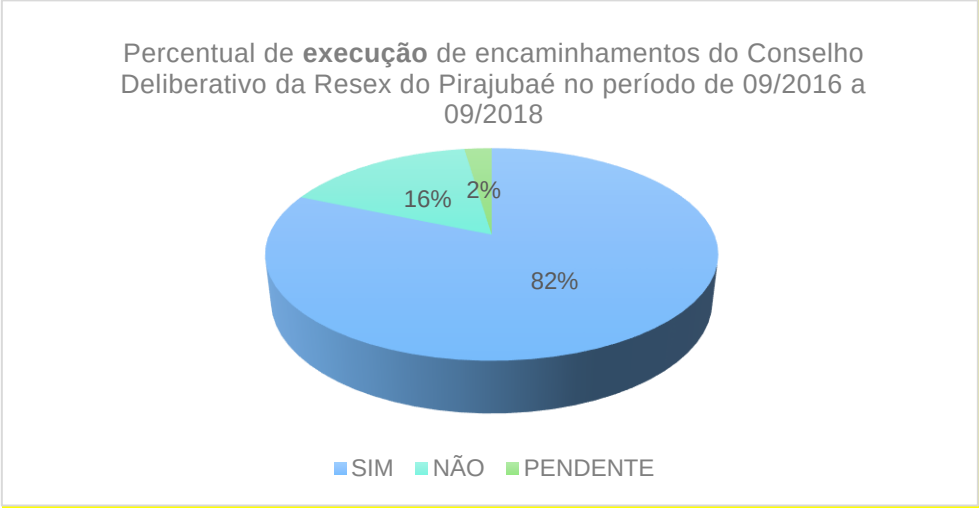
É importante destacar que os conselheiros não devem assumir diretamente as competências do órgão gestor, correndo o risco inclusive de levar o debate da importância da participação social ao seu inverso, ou seja, o desmantelamento da função social do Estado.

Porém, é importante que os conselheiros também sejam protagonistas das ações acordadas no colegiado, em especial porque a maioria delas (67%) referem-se à outras demandas que não são necessariamente de gestão, como demonstrados nos gráficos anteriores. Da mesma forma, já se avaliou que o impacto está mais diretamente ligado à população tradicional e à própria atuação política do colegiado na defesa de seus interesses do que na execução das políticas públicas propriamente ditas.

4.1.6. Respostas aos encaminhamentos

No gráfico seguinte está representada a porcentagem de execução do total dos encaminhamentos do conselho no período analisado.

Gráfico 8. Porcentagem de execução do total dos encaminhamentos do CDRP

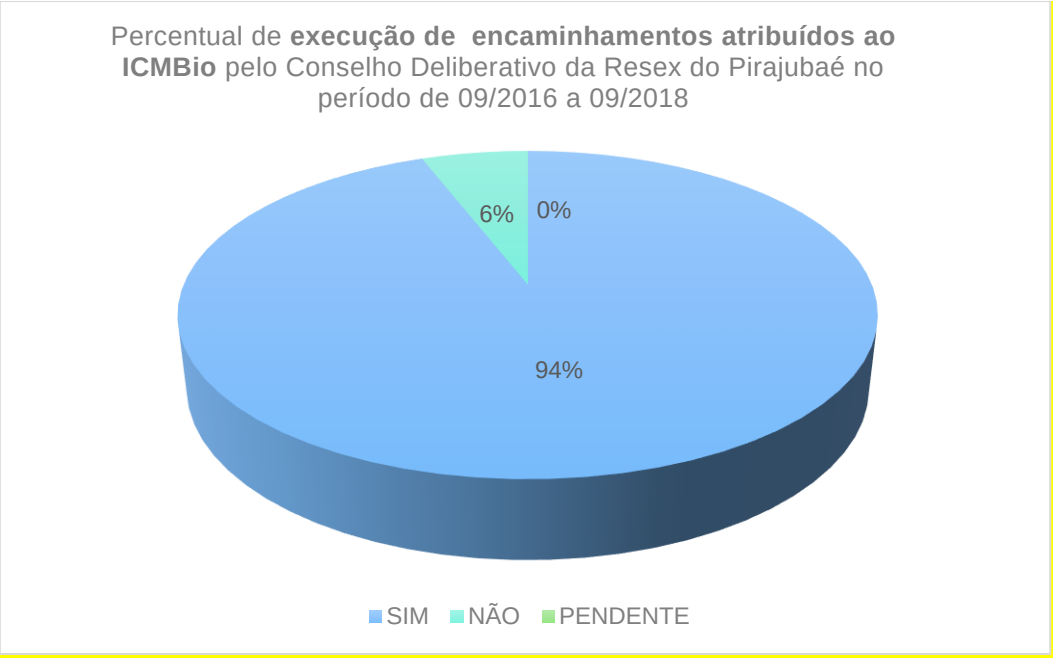


Fonte: A autora, 2018.

Os próximos gráficos retratam o percentual de execução dos encaminhamentos

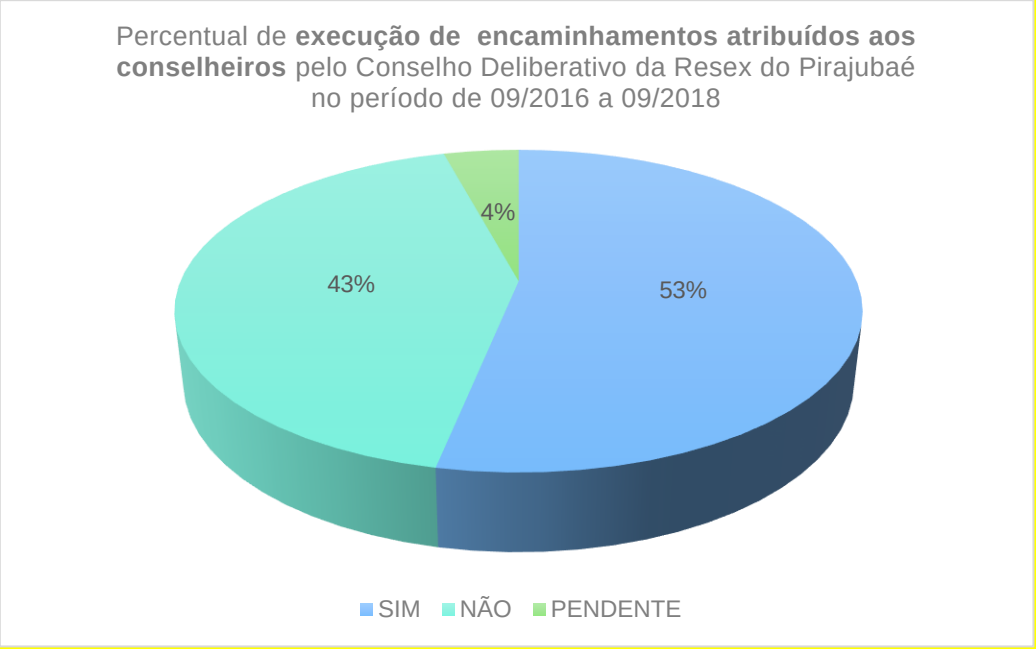
conforme atribuição, na sequência, atribuídos ao ICMBio, aos conselheiros e aos GT.

Gráfico 9. Porcentagem de execução dos encaminhamentos do conselho atribuídos ao ICMBio no período analisado.



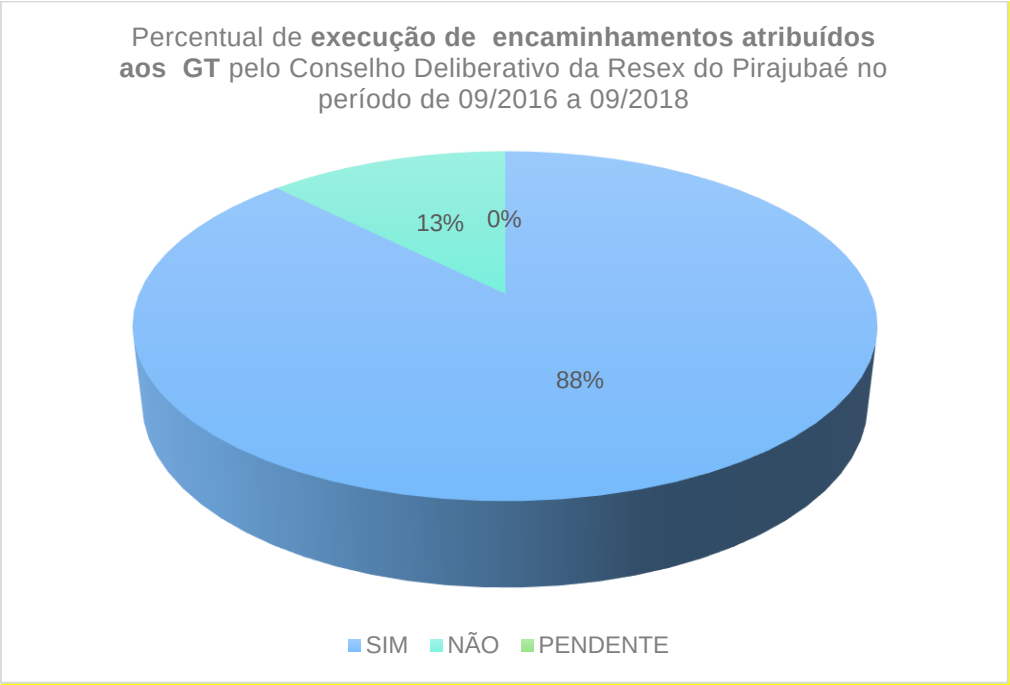
Fonte: A autora, 2018.

Gráfico 10. Porcentagem de execução dos encaminhamentos do conselho atribuídos aos conselheiros no período analisado.



Fonte: A autora, 2018.

Gráfico 11. Porcentagem de execução dos encaminhamentos do conselho atribuídos aos GT no período analisado.



Fonte: A autora, 2018

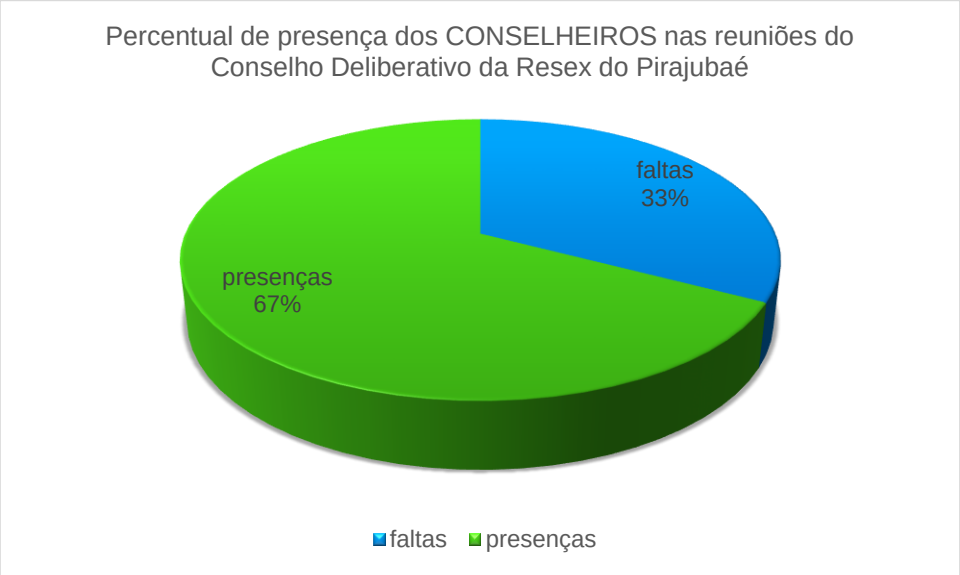
Utilizando-se ainda a intersecção representada pela Figura 5, também se pode deferir que a execução dos encaminhamentos tem mais sucesso quando atribuída à equipe gestora do Instituto Chico Mendes diretamente ou ainda quando ela participa da execução por meio dos GT.

4.1.7. Participação nas reuniões dos conselheiros por setor de representatividade

Para analisar a participação nas reuniões do Conselho, os dados de presença dos representantes do Instituto Chico Mendes foram desconsiderados pois entende-se que eles macularíam os percentuais de presença, já que o órgão gestor fomenta e possibilita os encontros, estando presente em 100% das reuniões.

Considerando-se a totalidade dos conselheiros (exceto Instituto Chico Mendes), defere-se o percentual de 67% de presença no número total das reuniões no período analisado.

Gráfico 12. Porcentagem de presença nas reuniões do conselho atribuídos aos GT no período analisado.



Fonte: A autora, 2018

4.1.7.1. Participação dos representantes dos órgãos públicos

Quando analisadas as presenças dos órgãos públicos, percebe-se que são o segmento com o menor número de faltas, certamente que esses dados estão relacionados ao fato de os conselheiros serem servidores públicos indicados para tal atividade e terem respaldo de suas instituições para se ausentar das atividades e participar das reuniões.

Gráfico 13. Porcentagem de presença de conselheiros representantes dos órgãos públicos nas reuniões do conselho no período analisado.

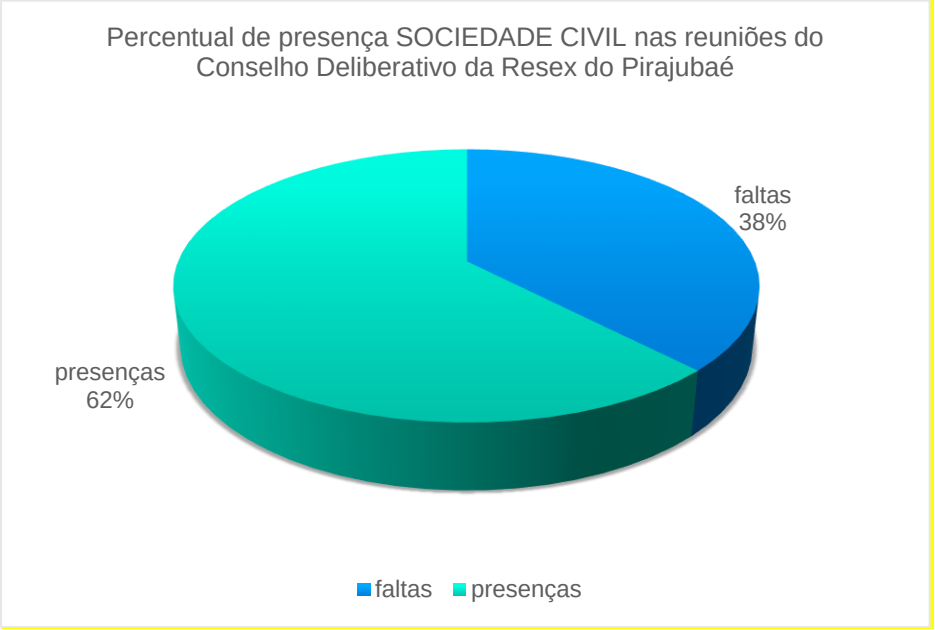
Fonte: A autora, 2018

4.1.7.2. Participação dos representantes da sociedade civil

Os representantes da sociedade civil, que possuem atualmente três cadeiras no

colegiado, estiveram presentes em 62% das reuniões no período analisado conforme ilustração do gráfico 14.

Gráfico 14. Porcentagem de presença de conselheiros representantes da sociedade civil nas reuniões do conselho no período analisado



Fonte: A autora, 2018

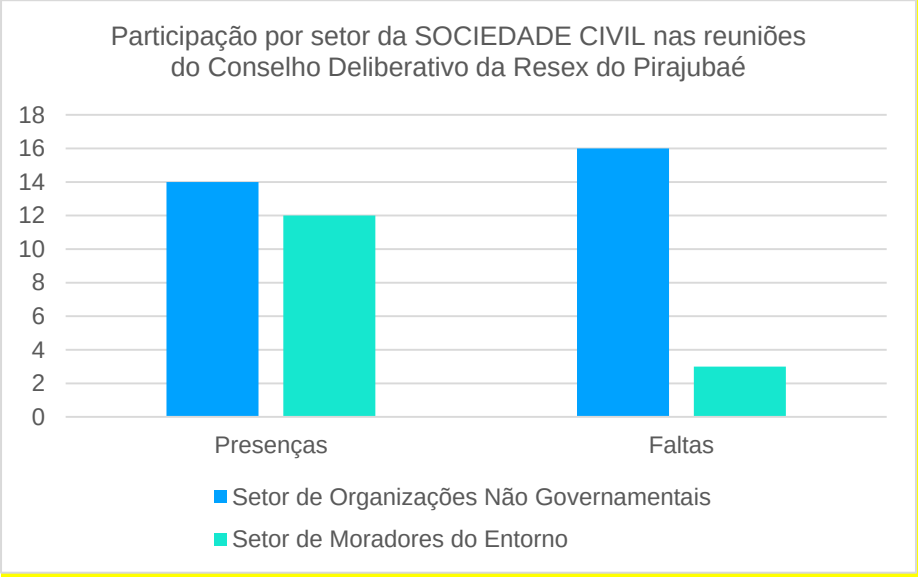
Na composição homologada do colegiado, a sociedade civil tem sua representação distribuída em dois setores:

- Setor de Organizações Não Governamentais, ocupando duas cadeiras; e
- Setor de Moradores do Entorno, ocupando uma cadeira que tem a titularidade e suplência divididas entre duas associações (AMOCAR e AMOSAD[1]).

O número de presenças e ausências dos setores está representado pelo gráfico seguinte.

Gráfico 15. Número de presenças e faltas por setor de conselheiros representantes da sociedade civil nas reuniões do conselho no período analisado.

[1]AMOCAR - Associação Moradores e Amigos Carianos. AMOSAD – Associação Moradores Loteamento Santos Dumont. O Loteamento Santos Dumont está envolvido em processos judiciais, de cuja decisão dependem sua regulamentação perante o Ibama e ICMBio. As cadeiras são divididas entre AMOCAR e AMOSAD pois o Loteamento Santos Dumont está localizado no bairro Carianos e ambas as associações, do bairro e do loteamento, solicitaram cadeira no colegiado.



Fonte: A autora, 2018

4.1.7.3. Participação dos representantes de ensino e pesquisa

O segmento de Ensino e Pesquisa possui duas cadeiras de apenas um setor, o Setor de Universidades Públicas e Privadas e sua participação é demonstrada pelo gráfico 16.

Gráfico 16. Porcentagem de presença de conselheiros representantes do segmento ensino e pesquisa nas reuniões do conselho no período analisado.

Fonte: Autora, 2018

4.1.7.4. Participação dos representantes da população tradicional

O segmento de representantes da População Tradicional ocupa 13 das 22 cadeiras do Conselho e está dividido em quatro setores:

- Setor de Coletores de Berbigão, ocupando 4 cadeiras;
- Setor dos Pescadores Artesanais “A”, ocupando 3 cadeiras;
- Setor dos Pescadores Artesanais “B”, ocupando 2 cadeiras;
- Setor dos Pescadores Artesanais “C”, ocupando 4 cadeiras.

As categorias A, B e C são definidas pelo Perfil da Família Extrativista da Resex do Pirajubaé, conforme redação a Portaria nº 532 de 15 de agosto de 2017:

> *Os pescadores e pescadoras beneficiários da Reserva Extrativista serão subdivididos em três categorias, a saber:*
> *I - Categoria A, caso o beneficiário (a) dependa prioritariamente dos recursos naturais da Reserva Extrativista.*
> *II - Categoria B, caso a atividade exercida pelo beneficiário (a) na Reserva Extrativista seja fonte de renda secundária e suas demais fontes de renda somadas sejam de até 05 (cinco) salários mínimos.*
> *III - Categoria C, o beneficiário (a) que não seja abrangido pelas categorias A e B, e que utilize a Reserva*
> *Extrativista para manutenção de sua tradição e a transmissão cultural aos seus descendentes.*
> *Os extrativistas coletores de berbigão estão categorizados como A pelo Perfil, mas 22 famílias detém uma autorização específica para retirar berbigão com um petrecho denominado “gancho”, portanto, também receberam cadeiras específicas no colegiado, por ser o berbigão um dos objetivos principais de criação da Resex.*
> *Os gráficos abaixo explicitam o percentual de presença dos representantes da População Tradicional e a participação dos seus setores já referidos.*

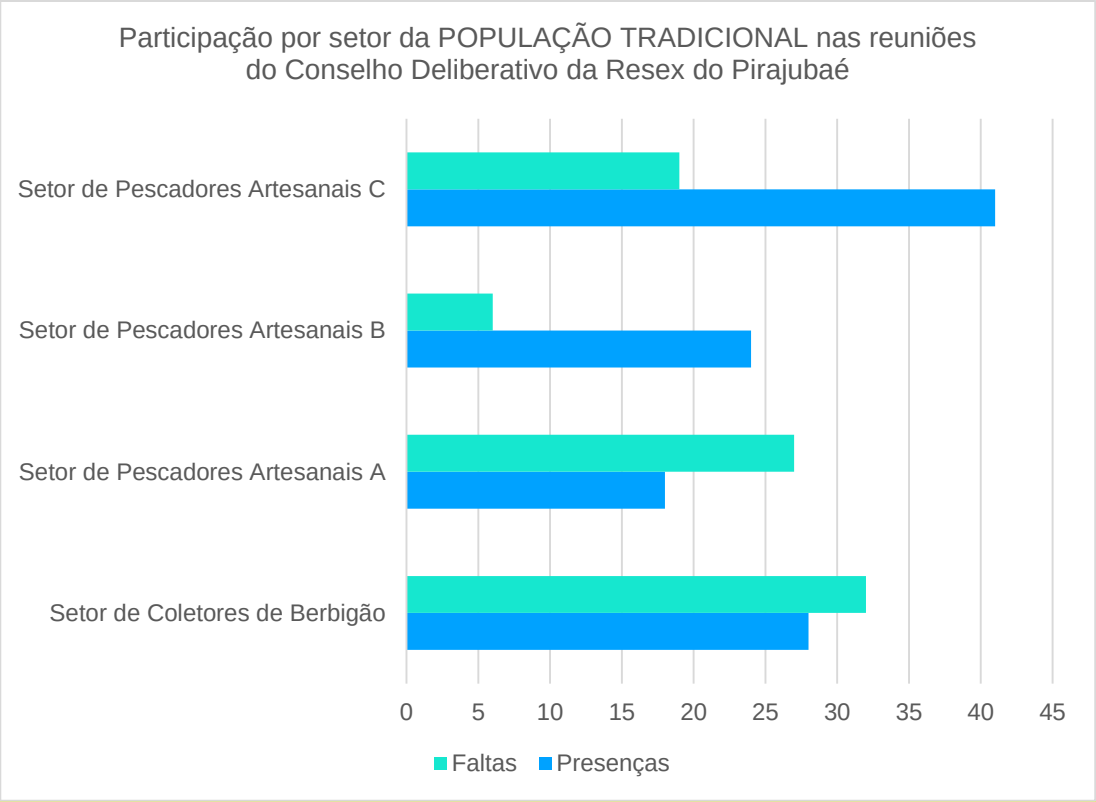
Os extrativistas coletores de berbigão estão categorizados como A pelo Perfil da família Beneficiária, mas 22 famílias detém uma autorização específica para retirar berbigão com um petrecho denominado “gancho” e receberam cadeiras específicas no colegiado, por ser o berbigão um dos objetivos principais de criação da Resex.

Os gráficos abaixo explicitam o percentual de presença dos representantes da População Tradicional e a participação dos seus setores já referidos.

Gráfico 17. Percentual de presença da População Tradicional nas reuniões do conselho no período analisado.

Fonte: A autora (2018)

Gráfico 18. Participação da População Tradicional por setor de representatividade nas reuniões do conselho no período analisado.



Fonte: A autora (2018)

4.2. Análise das propostas de indicadores da consultoria do ICMBio

Nem todas as propostas de indicadores da consultoria foram analisadas neste trabalho. A seleção das propostas foi baseada nos critérios: referências teóricas, similaridade com os dados levantados, experiência pessoal e propriedades desejáveis de indicadores. O quadro 6 descreve quais são essas propriedades, que foram consideradas imprescindíveis na seleção das propostas de indicadores.

Quadro 6. Propriedades de indicadores para a avaliação e formulação de políticas públicas

PROPRIEDADE	DESCRIÇÃO
1 - Relevância para a agenda político social.	Capacidade de o indicador responder à demanda de monitoramento da agenda governamental.
2 - Validade de representação do conceito	Capacidade de o indicador aproximar-se quanto possível do conceito abstrato ou da demanda política que lhes deram origem
3 - Confiabilidade da medida	Consiste no conjunto de atributos que legitimam o uso do indicador dando veracidade dos dados coletados

4 - Cobertura populacional e territorial	Capacidade de o indicador apresentar boa representatividade da realidade empírica em análise, por meio de sua cobertura territorial ou populacional
5 - Transparência metodológica na sua construção	Refere-se à clareza dos procedimentos de construção dos indicadores, garantindo que decisões metodológicas sejam justificadas, e que as escolhas subjetivas sejam explicitadas de forma objetiva.
6 - Comunicabilidade ao público	Capacidade de o indicador conferir a transparência das decisões técnicas tomadas pelos administradores públicos, e a compreensão delas por parte da sociedade
7 - Factibilidade operacional e periodicidade na sua atualização	Refere-se à factibilidade de sua obtenção a custos baixos e à periodicidade com que o indicador pode ser atualizado.
8 - Sensibilidade e especificidade às ações previstas	Capacidade de o indicador avaliar rapidamente os efeitos de determinada intervenção.
9 - Desagregabilidade populacional e territorial.	Capacidade do indicador se referir aos grupos sociais de interesse ou à população alvo do monitoramento, isto é, deve ser possível construir indicadores referentes a espaços geográficos reduzidos ou grupos sócio demográficos específicos
10 - Comparabilidade da série histórica.	Capacidade de o indicador permitir a inferência de tendências e a avaliar efeitos de eventuais programas governamentais anteriormente implementados

Fonte. Ciclo de Formação em Gestão para Resultados – PGR 2018, ICMBio. Operacionalizando estratégias por meio de indicadores.

Algumas propostas de indicadores selecionadas foram objeto de estudo mais detalhado com construção de ficha do indicador, pois se entendeu que possuem um maior potencial para medir a efetividade dos colegiados e serem replicadas em outras UC.

O resultado da análise das propostas de indicador de cada um dos cinco princípios foi esquematizado em quadros contendo:

a) Descrição do parâmetro;
b) Descrição das propostas selecionadas de indicadores da consultoria;
c) *Status* de análise nesse trabalho, ou seja, se já foi objeto de estudo no diagnóstico do conselho ou observações pertinentes; e
d) Indicação para construção de ficha do indicador e análise mais aprofundada.

4.2.1. Propostas de indicadores selecionadas referentes ao Princípio 1. Legitimidade e Voz[2]

O princípio de Legitimidade e Voz refere-se:

> (...) à autoridade/poder decisório e autonomia do conselho gestor na gestão da unidade, questões ancoradas na legalidade do mandato dos conselheiros; na incorporação dos atores locais e seus interesses institucionais, que possam se relacionar com a gestão da UC (representatividade) e na transparência dos

[2] As propostas de indicadores realizadas pela consultoria para esse princípio se encontram no Anexo 1

processos decisórios. A legitimidade relaciona-se também com a integridade e com o compromisso com que a autoridade é exercida e deve considerar até que ponto as decisões e ações do CG são consistentes com seu mandato e com os objetivos da UC pela qual é responsável. Este princípio orienta para que seja dada especial atenção a grupos vulneráveis, de modo a lhes dar voz no processo de gestão da UC. ” (ICMBio a, 2018).

Quadro 7. Seleção das propostas de indicadores referentes ao Princípio 1. Legitimidade e Voz

Descrição do Parâmetro	Proposta de indicador pela consultoria	Análise dos dados primários da Resex do Pirajubaé - diagnóstico	Foi construída ficha do indicador?
1.2: Representatividade dos interesses e segmentos da região com interface com a unidade de conservação	1.2.3: Há discussão referente a pauta proposta para as reuniões entre os conselheiros e seus representados, em momento prévio a reunião	Gráficos 1 e 2.	Não
	1.2.5 Diversidade (representatividade) de assuntos tratados no conselho, suas câmaras temáticas e grupos de trabalho (relacionados aos temas de uso da UC e seu entorno)	Os gráficos 5 e 6 referem-se à diversidade de temáticas dos assuntos tratados.	Não
1.3 Aceitação e reconhecimento pelo órgão gestor	1.3.1 Percentual de respostas às demandas/encaminhamentos do Conselho	Gráficos 8, 9, 10 e 11	Sim.
	1.3.2 Percentual de atos de gestão sem a participação do Conselho	Não foi analisado no diagnóstico.	Sim.
1.11 participação ativa nas decisões referentes à UC	1.11.1 Percentual de conselheiros presentes nas reuniões de conselho	Gráfico 12	Sim

Fonte: A autora, 2018.

4.2.2. Indicadores selecionados referentes ao Princípio 2. Orientação Estratégica[3]

Um conselho com orientação estratégica é aquele conselho que busca formular e seguir uma visão estratégica e coerente com os objetivos de criação da UC e com os pressupostos democráticos, fundamentada em valores acordados e nas complexidades ecológicas, históricas, sociais e culturais únicas de cada contexto. A orientação estratégica refere-se, ainda, à conectividade com planos e políticas e respeito às obrigações nacionais e internacionais. (ICMBio a, 2018)

Quadro 8. Seleção das propostas de indicadores referentes ao Princípio 2. Orientação estratégica

Descrição do Parâmetro	Proposta de indicador pela consultoria	Análise dos dados primários da Resex do Pirajubaé - diagnóstico	Foi construída ficha do indicador?

[3] As propostas de indicadores realizadas pela consultoria para esse princípio se encontram no Anexo 2

2.3 Orientação para resultados: planejamento e ações orientados para os objetivos da UC	2.3.4. Monitora a execução do Plano de manejo	A unidade não tem Plano de Manejo	Não
	2.3.5. Adota um plano de ação, com cronograma de atividades e mecanismo de avaliação continuada que dialoga com o planejamento da unidade	A Resex do Pirajubaé faz o monitoramento dos encaminhamentos, mas não realiza avaliação continuada	Não

Fonte: A autora, 2018

4.2.3. Indicadores selecionados referentes ao Princípio 3. Desempenho[4]

Desempenho refere-se às contribuições do conselho gestor para o alcance dos objetivos da unidade de conservação e para o aprimoramento da participação social na gestão da UC, a partir de processos de aprendizagem colaborativa e de gestão adaptativa. Tomando como base os princípios da boa governança de áreas protegidas da IUCN, o CG deve orientar seu avanço com base em resultados regulares de monitoramento e avaliação e dar respostas rápidas às demandas razoáveis, por meio de mudanças nas práticas de governança e gestão. Deve garantir que os conselheiros e parceiros tenham as capacidades necessárias para assumir suas funções e responsabilidades de gestão, e que essas capacidades sejam usadas de forma eficaz. O conselho deve, ainda, utilizar de modo eficiente os recursos financeiros e promover a sua sustentabilidade financeira e a resiliência social, ou seja, a capacidade de gerir riscos, superar crises inevitáveis e sair fortalecido da experiência. (ICMBio a, 2018)

Quadro 9. Seleção das propostas de indicadores referentes ao Princípio 3. Desempenho.

Descrição do Parâmetro	Proposta de indicador pela consultoria	Análise dos dados primários da Resex do Pirajubaé - diagnóstico	Foi construída ficha do indicador?
3.1 Contribuição para o alcance dos objetivos da unidade de conservação	3.1.8. Acompanha e propõe ações para a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão da Unidade de Conservação	Gráficos 3 e 4	Não.
	3.3.4. Manifesta-se sobre qualquer obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos	Parcialmente analisado nos gráficos que incluem a temática licenciamento	Não

[4] As propostas de indicadores realizada pela consultoria para esse princípio se encontram no Anexo 3

3.7 Capacidade de concretização	3.7.1 Percentual de ações concretizadas dentre as programadas no plano de ação	Gráficos 8, 9, 10 e 11	Sim.
3.8 Monitoramento e avaliação regulares e abrangentes contribuem para o planejamento das ações	3.8.2 avalia e monitora continuamente seu desempenho	Gráficos 8, 9, 10 e 11	Não.

Fonte: A autora, 2018

4.2.4. Indicadores selecionados referentes ao Princípio 4. Responsabilidade e Prestação de Contas[5]

E princípio refere-se aquele CG que busca:

> - Preservar a integridade e o compromisso de todos que tenham responsabilidades na UC;
> - Garantir a transparência, com detentores de direitos e interessados tendo acesso oportuno a informações sobre: o que está em jogo na tomada de decisões, quais processos e instituições podem exercer influência, quem é responsável por que, e como essas pessoas podem prestar contas;
> - Um compartilhamento claro e adequado dos papéis das áreas protegidas, bem como as linhas de responsabilidade e relatórios/prestações de contas;
> - Recursos humanos e financeiros alocados à gestão das áreas protegidas estejam devidamente direcionados de acordo com objetivos e planos declarados;
> - Avaliar o desempenho da UC, de quem toma decisões e da equipe, e conecta a qualidade dos resultados a recompensas e sanções adequadas e concretas;
> - Estabelecer canais de comunicação (por exemplo, páginas na internet) onde os registros e os relatórios de desempenho de áreas protegidas possam ser acessados;
> - Incentivar o *feedback* sobre o desempenho, a ser fornecido por grupos da sociedade civil e meios de comunicação. (ICMBio a, 2018)

Quadro 10. Seleção das propostas de indicadores referentes ao Princípio 4. Responsabilidade e Prestação de Contas

Descrição do Parâmetro	**Proposta de indicador pela consultoria**	**Análise dos dados primários da Resex do Pirajubaé - diagnóstico**	**Foi construída ficha do indicador?**
4.1 Papéis e responsabilidades bem definidos	4.1.3 Percentual de instituições-membro assumindo responsabilidades no Plano de Ação	Gráficos 7, 8, 9 e 10	Sim.

Fonte: A Autora, 2018.

4.2.5. Indicadores selecionados referentes ao Princípio 5. Justiça e Direitos[6]

> Um conselho gestor alinhado ao princípio da justiça e direitos busca o compartilhamento equitativo dos custos e benefícios da criação e da gestão da unidade e por justiça na tomada de todas as decisões relevantes.

[5] As propostas de indicadores realizadas pela consultoria para esse princípio se encontram no Anexo 4
[6] As propostas de indicadores realizadas pela consultoria para esse princípio se encontram no Anexo 5

Certifica-se de que os meios de subsistência de pessoas vulneráveis não sejam prejudicados pela gestão da UC, que as áreas protegidas não gerem nem agravem a pobreza e padrões migratórios socialmente prejudiciais, e que os custos para implementação da unidade, principalmente quando recaem sobre pessoas vulneráveis, não fiquem sem indenização adequada.

Um CG justo busca garantir que a conservação seja feita com decência e dignidade, sem humilhar nem prejudicar as pessoas; aplica leis e regulamentos de forma imparcial, coerente ao longo do tempo, sem discriminação e com o direito de recurso (estado de direito).

O conselho gestor deve respeitar os direitos substantivos (jurídicos ou consuetudinários, coletivos ou individuais) sobre a terra, a água e os recursos naturais relacionados às áreas protegidas, e buscar reparar as violações a esses direitos ocorridas no passado. Deve garantir informação e consulta adequadas aos detentores de direitos e interessados diretos, práticas de gestão de conflitos justas, e recurso à justiça não discriminatório. Respeita os direitos humanos, incluindo os direitos individuais e coletivos, e a igualdade de gênero; os direitos dos povos indígenas, conforme descrito na Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU; garante o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas a qualquer proposta de reassentamento relacionado a unidade e promove o envolvimento ativo dos detentores de direitos e interessados diretos no estabelecimento e na unidade. (ICMBio a, 2018)

Quadro 11. Seleção das propostas de indicadores referentes ao Princípio 5. Justiça e Direitos.

Descrição do Parâmetro	Proposta de indicador pela consultoria	Análise dos dados primários da Resex do Pirajubaé - diagnóstico	Foi construída ficha do indicador?
5.2 Direitos humanos e das populações tradicionais e povos indígenas são respeitados	5.2.1. As comunidades locais participam das decisões pelas quais são afetadas	Gráficos 17 e 18	Não
	5.2.3 Número de manifestações e deliberações sobre assuntos de interesse das populações tradicionais emitidas	Gráficos 3, 4, 19 e 20	Sim.
	5.2.4 Perfil e relação das famílias beneficiárias homologado pelo conselho (para Resex ou RDS)	Gráficos 5 e 6	Não
	5.2.8 Demanda e propõe aos órgãos competentes ações ou políticas públicas de qualidade de vida e apoio ao extrativismo às populações tradicionais beneficiárias da Unidade de Conservação	Gráficos5, 6, 17 e 18	Não
	5.2.13 Mecanismos formais asseguram a posse ou o direito de uso a longo prazo	A Resex possui CCDRU desde 2010	Não

Fonte: A autora, 2018

4.3. Construção de indicadores de efetividade para conselhos gestores de unidades de conservação – Principio 1- Legitimidade e Voz

4.3.1. Indicador Taxa de atendimento do órgão gestor às demandas/encaminhamentos do Conselho

Após a análise da *proposta de indicador nº 1.3.1. Percentual de respostas às demandas/encaminhamentos do Conselho,* associada aos resultados do Diagnóstico do Conselho Gestor da Resex do Pirajubaé, optou-se pela construção de indicador do tipo taxa.

Por se tratar do princípio de legitimidade e voz, entendeu-se oportuno avaliar apenas o atendimento de demandas atribuídas ao órgão gestor nesse indicador, considerando que esse princípio está relacionado ao reconhecimento do órgão gestor e não ao atendimento de demandas dos outros interesses e representações presentes na composição do colegiado. Este indicador teve sua redação alterada daquela proposta inicialmente pela consultoria.

Quadro 12. Ficha do Indicador Taxa de atendimento do órgão gestor às demandas/encaminhamentos do Conselho

Nome do Indicador: ***Taxa de atendimento do órgão gestor às demandas/encaminhamentos do Conselho***		**Código:** **IEGP[7] 001**
Definição: Medir a quantidade de encaminhamentos/demandas do conselho atendidas pelo órgão gestor	**Tipo:** Indicador-processo	**Meta:** Não definida
Fórmula: $\frac{\text{Número de demandas/encaminhamentos atribuídas ao órgão gestor atendidas}}{\text{Total de demandas/encaminhamentos atribuídas ao órgão gestor}} \times 100$		
Frequência: **Coleta de dados**: a cada reunião do conselho gestor **Apuração dos dados**: bienal (mandato dos conselheiros)		
Responsável pela coleta: Servidor com atribuição de acompanhamento do conselho gestor		
Responsável pela apuração/divulgação: Servidor com atribuição de acompanhamento do conselho gestor		
Unidade de Conservação: Resex do Pirajubaé	**Chefe da Unidade de Conservação:** Andrea Lamberts	

Fonte: A Autora, 2018

[7] IEGP: Indicador de efetividade da gestão participativa

De acordo com o Apêndice 2, foram atribuídos o total de 17 encaminhamentos ao ICMBio pela Plenária no período analisado, ou seja, de 09/2016 a 09/2018. Apenas um encaminhamento não foi atendido e nenhum encontra-se pendente de atendimento. Se dá assim a memória de cálculo:

Taxa de atendimento do órgão gestor às demandas/encaminhamentos do Conselho Deliberativo da Resex do Pirajubaé entre setembro de 2016 a setembro de 2018:

$$\frac{16 \times 100}{17} = 94{,}12\%$$

4.3.2. Indicador Número de atos administrativos em desacordo com as decisões do Conselho.

A proposta de indicador era: *1.3.2. Percentual de atos de gestão sem a participação do Conselho.* Ora, as atividades de gestão que ocorrem entre as reuniões dos conselhos são inúmeras e necessitariam de um grande esforço para serem mensuradas. Ademais, como já exposto no referencial teórico, não se deseja que a participação social tenha efeito reverso, assumindo as atribuições do Estado e entregando aos usuários a responsabilidade de atuar para a execução de seus direitos.

Compreendendo o conceito de legitimidade e voz adotado, interpreta-se que esse indicador proposto pode ter a finalidade de verificar se há ações do órgão gestor que estejam em desacordo com os interesses dos grupos sociais representados no colegiado e não necessariamente a mensuração das atividades realizadas pelo ICMBio no período compreendido entre as reuniões do CG. Portanto, optou-se então por aferir o número de ações e atos administrativos em desacordo com o deliberado no colegiado.

O indicador escolhido utiliza dados discretos, denominado como *Número de atos administrativos em desacordo com as deliberações do Conselho*.

Quadro 13. Ficha do Indicador Número de atos administrativos em desacordo com as decisões do Conselho

Nome do Indicador: ***Número de atos administrativos em desacordo com as decisões do Conselho.***		**Código:** **IEGP 002**
Definição: Medir a quantidade de atos administrativos em desacordo com as decisões do conselho gestor	**Tipo:** Indicador-produto	**Meta:** Não definida

Fórmula: Número de atos administrativos em desacordo com as decisões do conselho gestor	
Frequência: **Coleta de dados**: a cada biênio (mandato dos conselheiros) **Apuração dos dados**: bienal (mandato dos conselheiros)	
Responsável pela coleta: Servidor com atribuição de acompanhamento do conselho gestor	
Responsável pela apuração/divulgação: Servidor com atribuição de acompanhamento do conselho gestor	
Unidade de Conservação: Resex do Pirajubaé	**Chefe da Unidade de Conservação:** Andrea Lamberts

Fonte: A Autora, 2018

Revisando as atas do Conselho no período analisado, foram encontrados dois atos em desacordo com as deliberações do Conselho: a Autorização para o licenciamento ambiental nº 09/2017-GABIN e a Autorização nº 009/2013 - CR9 Retificação nº 01 de 12.01. Segue a memória de cálculo:

Número de atos administrativos em desacordo com as decisões do Conselho no período entre setembro de 2016 e setembro de 2018: *= 2*

4.3.3. Taxa de conselheiros presentes nas reuniões de conselho

A proposta de indicador *1.11.1 Percentual de conselheiros presentes nas reuniões de conselho* foi selecionada para desenvolvimento conforme quadros abaixo. O tipo de indicador escolhido foi taxa e a sua redação foi alterada. Como já descrito no diagnóstico, as presenças do ICMBio não foram computadas por se tratar no órgão gestor e estar presente em todas as reuniões do CG.

Quadro 14. Ficha do Indicador Taxa de conselheiros presentes nas reuniões de conselho

Nome do Indicador: ***Taxa de conselheiros presentes nas reuniões de conselho.***		**Código:** **IEGP 003**
Definição: Aferir o percentual de presença dos conselheiros nas reuniões do Conselho,	**Tipo:** Indicador-produto	**Meta:** Não definida

excetuando-se o ICMBio, por ter 100% de presença nas plenárias.		
Fórmula: Número de presenças de conselheiros no período _____ x100 Número total de cadeiras no período (presenças + ausências)		
Frequência: **Coleta de dados**: a cada biênio (mandato dos conselheiros) **Apuração dos dados**: bienal (mandato dos conselheiros)		
Responsável pela coleta: Servidor com atribuição de acompanhamento do conselho gestor		
Responsável pela apuração/divulgação: Servidor com atribuição de acompanhamento do conselho gestor		
Unidade de Conservação: Resex do Pirajubaé	**Chefe da Unidade de Conservação:** Andrea Lamberts	

Fonte: A Autora, 2018

Segue a memória de cálculo:

Taxa de conselheiros presentes nas reuniões de conselho entre setembro de 2016 e setembro de 2018: (número de reuniões ocorridas no período) x número de cadeiras – 15 x 21 = 315 Número de presenças (conforme Apêndice 5) = 212 **(212/315) x 100 = 67,30%**

4.4. Construção de indicadores de efetividade para conselhos gestores de unidades de conservação – Principio 3- Desempenho

4.4.1. Indicador taxa de execução dos encaminhamentos do conselho

A proposta de indicador *3.7.1 Percentual de ações concretizadas dentre as programadas no plano de ação* foi selecionada para desenvolvimento do indicador. O tipo de indicador escolhido foi taxa e o a sua redação foi alterada.

Quadro 15. Ficha do Indicador Taxa de encaminhamentos do conselho que geram impacto na gestão da unidade de conservação

Nome do Indicador: **Taxa de execução dos encaminhamentos do conselho**		**Código:** **IEGP 004**
Definição: Aferir o percentual de execução dos encaminhamentos do CG.	**Tipo:** Indicador-produto	**Meta:** Não definida
Fórmula: Número de encaminhamentos executados _____ x100 Número total de encaminhamentos no período		
Frequência: **Coleta de dados**: a cada biênio (mandato dos conselheiros) **Apuração dos dados**: bienal (mandato dos conselheiros)		
Responsável pela coleta: Servidor com atribuição de acompanhamento do conselho gestor		
Responsável pela apuração/divulgação: Servidor com atribuição de acompanhamento do conselho gestor		
Unidade de Conservação: Resex do Pirajubaé	**Chefe da Unidade de Conservação:** Andrea Lamberts	

Fonte: A Autora, 2018

Segue a memória de cálculo obtida pelos dados do Apêndice 2:

Taxa de execução dos encaminhamentos do conselho entre setembro de 2016 e setembro de 2018: (35/43) x 100 = 81%

4.5. Construção de indicadores de efetividade para conselhos gestores de unidades de conservação – Principio 4- Responsabilidade e Prestação de Contas

4.5.1. Indicador taxa de encaminhamentos não atribuídos ao órgão gestor

A proposta de indicador *4.1.3 Percentual de instituições-membro assumindo responsabilidades no Plano de Ação* foi selecionada para desenvolvimento do indicador. O tipo de indicador escolhido foi taxa e o a sua redação foi alterada.

Quadro 16. Ficha do Indicador taxa de encaminhamentos não atribuídos ao órgão gestor.

Nome do Indicador: **Taxa de encaminhamentos não atribuídos ao órgão gestor**		**Código:** **IEGP 005**
Definição: Aferir o percentual de encaminhamentos atribuídos para os conselheiros, excetuando-se o órgão gestor.	**Tipo:** Indicador-processo	**Meta:** Não definida
Fórmula: Número de encaminhamentos atribuídos para demais conselheiros _____ x100 Número total de encaminhamentos no período		
Frequência: **Coleta de dados**: a cada biênio (mandato dos conselheiros) **Apuração dos dados**: bienal (mandato dos conselheiros)		
Responsável pela coleta: Servidor com atribuição de acompanhamento do conselho gestor		
Responsável pela apuração/divulgação: Servidor com atribuição de acompanhamento do conselho gestor		
Unidade de Conservação: Resex do Pirajubaé	**Chefe da Unidade de Conservação:** Andrea Lamberts	

Fonte: A Autora, 2018

Segue a memória de cálculo, com dados primários do Apêndice 2:

Taxa de encaminhamentos não atribuídos ao órgão gestor *entre setembro de 2016 e setembro de 2018:* (26/43) x 100 = 60%

4.6. Construção de indicadores de efetividade para conselhos gestores de unidades de conservação – Principio 5 – Justiça e Direitos

4.6.1. Indicador taxa de encaminhamentos com impacto no modo de vida tradicional

A proposta de indicador *5.2.3 Número de manifestações e deliberações sobre assuntos de interesse das populações tradicionais emitidas* foi selecionada para

desenvolvimento do indicador. O tipo de indicador escolhido foi taxa e o a sua redação foi alterada. Como já descrito no diagnóstico, foram estabelecidos critérios de impacto para análise deste trabalho. A aplicação deste indicador necessita do trabalho dos dados primários, classificando-os de acordo com seu impacto.

Quadro 17. Ficha do Indicador Taxa de encaminhamentos com impacto no modo de vida tradicional

Nome do Indicador: **Taxa de encaminhamentos com impacto no modo de vida tradicional**		**Código:** **IEGP 006**
Definição: Aferir o percentual de encaminhamentos com impacto no modo de vida tradicional, assuntos de interesse das populações tradicionais.	**Tipo:** Indicador-produto	**Meta:** Não definida
Fórmula: Número de encaminhamentos com impacto no modo de vida tradicional _____ x100 Número total de encaminhamentos no período		
Frequência: **Coleta de dados**: a cada biênio (mandato dos conselheiros) **Apuração dos dados**: bienal (mandato dos conselheiros)		
Responsável pela coleta: Servidor com atribuição de acompanhamento do conselho gestor		
Responsável pela apuração/divulgação: Servidor com atribuição de acompanhamento do conselho gestor		
Unidade de Conservação: Resex do Pirajubaé	**Chefe da Unidade de Conservação:** Andrea Lamberts	

Fonte: A Autora, 2018

Segue a memória de cálculo, de acordo com dados primários do Apêndice 2:

Taxa de encaminhamentos com impacto no modo de vida tradicional *entre setembro de 2016 e setembro de 2018:* (13/43) x 100 = 30%

5. CONCLUSÕES

Quanto ao princípio Legitimidade e Voz, conclui-se que os interesses da população tradicional são representados e discutidos pelo colegiado avaliado.

Macedo (2008) questiona sobre o risco de os conselhos, em nome da democratização dos processos decisórios, reproduzirem a dominação pela prevalência do saber técnico, excluindo outros interesses e saberes.

No entanto, ainda que as pautas iniciais contemplem em sua maioria assuntos técnicos, relacionados às competências do órgão gestor, após as discussões em plenária, a maioria das decisões relacionam-se com outras demandas, para além do que foi denominado como demandas de gestão. Outra importante aferição foi que a maioria das pautas e encaminhamentos geram impactos à população tradicional beneficiária.

Uma vez que foi averiguado que o colegiado discute e encaminha os interesses da população tradicional beneficiária, outro importante item da avaliação foi verificar sua execução, que atingiu o percentual de 82% das decisões encaminhadas. O reconhecimento desse espaço pelo órgão gestor como espaço de deliberação foi demonstrado quando se mediu que o percentual de execução de encaminhamentos atribuídos exclusivamente ao Instituto Chico Mendes é ainda maior, ou seja, 94% de execução.

Resta esclarecer que a gestão local, em quase todas as temáticas, consegue atender essas demandas sem necessariamente envolver demais hierarquias da Instituição, o que não acontece necessariamente às demandas relacionadas ao licenciamento ambiental. Um dos indicadores construídos foi o número de atos administrativos em desacordo com as decisões do Conselho. Spínola (2011), ao analisar o CDRP, afirma que o Instituto Chico Mendes, no nível federal, não aprovava as demandas dos extrativistas, ou então, apresentava muita dificuldade para implementá-las o que, segundo ela, aponta para a falta de comprometimento governamental com a implementação das deliberações do colegiado. A autora observa que:

> (...) isso tende a impactar negativamente o grau de confiança dos representantes extrativistas participantes nesta agência gestora e na efetividade do Conselho Deliberativo, na medida em que eles não constatam benefícios concretos, ou impactos reais sobre suas vidas na RESEX, advindos do processo participativo deliberativo neste espaço de gestão. (SPINOLA, 2011)

Conclui ainda que os custos da participação são altos devido à condição bastante desfavorecida em termos econômicos, educacionais e institucionais dos extrativistas e que um dos maiores obstáculos está relacionado a uma racionalidade engendrada por eles, que gira em torno dos custos e benefícios da participação neste espaço.

Quanto à análise da taxa de participação pode-se concluir que este é um assunto

que necessita ainda de maiores esforços, desejando-se que haja um número menor de ausências nas reuniões o que corrobora os apontamentos de autora em 2011. Percebe-se que a maior participação, em relação à presença, é do setor órgãos públicos (84%), seguidos pela população tradicional (68%), logo após a sociedade civil (62%) e ensino e pesquisa (43%). Isso se dá porque os servidores públicos conselheiros são indicados e a participação nas reuniões faz parte de sua atribuição, diferentemente de outros setores que precisam priorizar a presença em detrimento de um dia de trabalho ou ainda de outras atividades pessoais. É desejável que numa reserva extrativista a presença da população tradicional nas reuniões, por ser co-gestora do espaço, seja aproximada daquela do órgão gestor, ou seja o mais próximo de 100%, porém os números demonstram que a realidade não alcança esse ideal.

A participação envolve custos que obstaculizam a inclusão de segmentos sociais menos favorecidos. Sabe-se que os CG podem servir como alavancas para o exercício amplo da cidadania e realização da plenitude da condição humana. Mas para tanto, se faz necessário angariar cada vez mais esforços para diminuir essa diferença assimétrica de poderes que tornam mais penosa a participação dos grupos vulneráveis ou ainda que dificultem a valorização de sua participação.

> O grande desafio presente nas experiências participativas é construir mecanismos capazes de minorar os efeitos das desigualdades sociais no interior dos processos deliberativos, de forma a permitir que a construção dos acordos não esteja sujeita à influência de fatores endógenos como o poder, a riqueza ou as desigualdades sociais pré-existentes. (MACEDO, 2008).

A avaliação em relação ao princípio Orientação Estratégica demonstrou menos efetividade que os demais princípios. Relaciona-se à ausência de Plano de Ação do Conselho elaborado e do próprio Plano de Manejo da UC, que se encontra em fase de elaboração, mesmo que a unidade já tenha sido criada há 26 anos.

Quanto ao terceiro princípio, Desempenho, verificou-se que o CDRP contribui para o alcance dos objetivos da unidade de conservação, pois gera impactos diretos à gestão da UC e para além desse impacto, também contribui para o fortalecimento da atuação política do colegiado. Além disso, a capacidade de concretização dos acordos do colegiado se mostrou bastante alta e a contribuição dos demais conselheiros nas reuniões e GT também apresenta elevados graus de comprometimento.

Importa destacar que a gestão compartilhada não significa atribuir aos cidadãos as responsabilidades do órgão gestor. O objetivo principal dos colegiados, referentes às atribuições do Estado é avaliar previamente para orientar às ações de forma que tenham

maior impacto às suas necessidades, fiscalizar a execução delas e avaliar os resultados, mas não substituir o gestor em suas responsabilidades e compromissos legais e constitucionais.

> Diagnosticar e analisar os impactos das ações dos conselhos sobre a sociedade e sobre o próprio Estado são caminhos-chave para compreender o processo de construção da cidadania, assim como avaliar as possibilidades para o aprofundamento do processo de democratização da sociedade brasileira (GOHN, 2006).

Entretanto, a divisão de responsabilidade é um item essencial para se garantir o envolvimento contínuo dos conselheiros na gestão da unidade, além de favorecer a autonomia entre as partes. Considerando que os conselheiros estão em todos os GT, afere-se que mais da metade, ou seja, 60% dos encaminhamentos são protagonizados pelos conselheiros. Responsabilidade e prestação de contas é o quarto princípio analisado e aferiu-se que há uma distribuição de responsabilidade sobre os acordos e decisões.

Como já referido nesse trabalho, a cada reunião do Conselho é realizado um momento denominado apresentação da gestão onde são apresentadas as ações e atividades que foram executadas pela equipe gestora no período entre reuniões, ou seja, a transparência e prestação de contas já é um instrumento institucionalizado no colegiado.

Por fim, no princípio Justiça e Direitos, vale destacar os apontamentos feitos por De Vita, (2003) que o questionamento central de toda a discussão a respeito da participação social se dá para responder justamente esse princípio:

> Acredito que uma das razões centrais para o crescimento exponencial da literatura sobre democracia deliberativa em anos recentes seja a busca de respostas para a seguinte questão: sob que condições é de se esperar que a democracia produza resultados políticos justos? ". Como Schumpeter já observara, uma sociedade pode ser escrupulosamente fiel a procedimentos democráticos e ainda assim injusta. Isso ocorre, e de forma dramática, naqueles casos em que uma subcultura majoritária se vale de procedimentos democráticos para impor sua língua e identidade cultural a uma ou mais subculturas minoritárias na sociedade. (DE VITA, 2003).

Mesmo que esse trabalho consiga apontar que os interesses da população tradicional estão representados nesse espaço, não houve informações suficientes para assegurar que o colegiado é efetivo para a garantia desse princípio, permitindo de forma permanente o acesso a todos os direitos associados aos povos e comunidades tradicionais. Mas, pela própria categoria da UC e demais resultados apontados, não há dúvidas que esse espaço contribui substancialmente para garantia desses direitos.

Espera-se que essa avaliação seja repetida a cada mandato para possibilitar a comparação dos resultados. Da mesma forma, acredita-se que a metodologia pode ser aplicada em outros conselhos gestores de UC, onde poderão ser inter-relacionados os resultados de efetividade, inclusive entre unidades de conservação de categorias distintas, ou seja, consultivos e deliberativos.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Debora Cristina Rezende de. Os desafios da efetividade e o estatuto jurídico da participação: a Política Nacional de Participação Social. Soc. estado. [online]. 2017, vol.32, n.3, pp.649-680. ISSN 0102-6992. http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203005.

ARNSTEIN, S.R. Uma escada de participação cidadã. In: Revista Participe. Rio de Janeiro:

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth M. (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2009. p. 29-39. Associação Brasileira de Promoção da Participação, 2002.

AVELAR, L. Participação Política. In: Avelar, L. E Cintra, A.C. Sistema político brasileiro: uma introdução. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é participação. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos)

BORRINI-FEYERABEND, G., N. Dudley, T. Jaeger, B. Lassen, N. Pathak Broome, A. Phillips

CALANDINO, D. Influência da participação social na conservação da biodiversidade em unidades de conservação brasileiras. 2016

COELHO, V. S. P. Uma metodologia para a análise comparativa de processos participativos: pluralidade, deliberação, redes e política de saúde. In: PIRES, R. R. C. (Org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília, DF: Ipea, 2011. p. 279–296. v. 7.

DE VITA, A. Democracia deliberativa ou igualdade de oportunidades políticas? In: Novos Estudos, nº 66, 2003.

GOHN, M. da G. Conselhos gestores e gestão pública. In: Ciências Sociais Tunisinos, v. 54, n. 2. São Leopoldo, 2006.

GOHN, M. da G. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2001.

ICMBio. Conselhos gestores de unidades de conservação federais: um guia para gestores e conselheiros. 2014

ICMBIO. Consultoria para construção de protocolo único de monitoramento e avaliação do funcionamento dos conselhos gestores em unidades de conservação federais. Produto 1 – relatório de dados secundários sobre efetividade de conselhos gestores e conceitos correlatos. Rio de Janeiro, 2018.

ICMBIOa. Consultoria para construção de protocolo único de monitoramento e avaliação do funcionamento dos conselhos gestores em unidades de conservação federais. Produto

2 – relatório das atribuições institucionais e demais campos de atuação dos conselhos consultivos e deliberativos do ICMBio. Rio de Janeiro, 2018.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais do Brasil. 3. Ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006. 141p.

MACEDO, Heitor Schulz. Processos participativos na gestão de áreas protegidas: estudos de caso em unidades de conservação de uso sustentável da zona costeira do sul do Brasil. Florianópolis, 2008.

SANTOS, A.Á.B. Conselhos gestores de unidades de conservação. Universidade de Brasília, Brasília, DF. 2008. 186p.

SESI. Construção e Análise de Indicadores. / Serviço Social da Indústria. Departamento Regional do Estado do Paraná. Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade. – Curitiba: [s.n.], 2010. 108 p

SPINOLA, Juliana Lima. Participação e deliberação na Resex Marinha do Pirajubaé (SC). Curitiba, 2011.

APÊNDICE 1- Projeto CANVAS

Avaliação da efetividade da participação social no Conselho Deliberativo da Resex do Pirajubaé | Gerente de Projeto: Dayani Guero

Justificativa

O conselho gestor da Resex do Pirajubaé monitora suas ações, porém não avalia a efetividade e impactos na gestão da UC.

Descrição: O conselho gestor da Resex do Pirajubaé monitora suas ações, porém não avalia a efetividade e impactos na gestão da UC.

Objetivo Smart

Avaliar o impacto da participação social no conselho gestor por meio de

Produto

Avaliação das ações do conselho da Resex Pirajubaé dos últimos 2 anos por meio de indicadores a serem construídos.

Requisitos

Construção dos indicadores para avaliar a efetividade do conselho

Avaliação resultante da análise dos indicadores

Stakeholders

Equipe gestora da UC

Orientadora do PGR

Equipe

Servidores da RESEX Pirajubaé

Premissas

Participação das equipe gestora no processo

Conhecimento para a construção de indicadores (orientador do PGR para nortear)

Grupo de Entregas

01 - Criação de banco de dados das ações do conselho

02 - Diagnóstico das reuniões do conselho e grupos de trabalho

03 - Diagnóstico da participação nas reuniões dos conselheiros por setor de representatividade

Riscos

Dados insuficientes para construção dos indicadores

Tempo insuficiente

Linha do Tempo

28/09/2018 - Grupo de entrega 01

28/09/2018 - Grupo de entrega 02

28/09/2018 - Grupo de entrega 03

19/10/2018 - Grupo de entrega 04

29/10/2018 - Grupo de entrega 05

29/10/2018 - Grupo de Entrega 06

19/11/2018 - Grupo de entrega 07

Custo

Hora de

indicadores

de efetividade

Descrição: Avaliar o impacto da participação social no conselho gestor por meio de indicadores de efetividade

04 - construção dos indicadores

06 - Validação da aprendizagem nas equipes

07 - Entrega do TAF

05 Avaliação do resultado da aplicação dos indicadores

trabalho dos servidores - R$ 0,00

Total: R$ 0,00

Benefícios Futuros

Melhor comunicação dos resultados do conselho gestor

Descrição: Melhor comunicação dos resultados do conselho gestor

Gestão mais qualificada da UC proporcionada pela ampliação da participação social

Descrição: Gestão mais

Restrições

Dados insuficientes para balizar a construção dos indicadores

Tempo para implantação do projeto

Participação colaborativa da equipe na UC

qualificada da UC

proporcionada pela ampliação da participação social

Ampliação do engajamento dos conselheiros

Descrição: Ampliação do engajamento dos conselheiros

Ampliação no entendimento da importância do conselho como instrumento de gestão da UC

Descrição: Ampliação no entendimento da importância do conselho gestor

---

APÊNDICE 2 – "Grupo de Entrega 01" - Banco de dados das ações do Conselho da Resex do Pirajubaé

Data Reunião	Encaminhamento	Quem reunião	Quem interp. Dados	Quando?	Realizado?	Realizado Quando?	Temática	Demanda de Gestão	Impacto
12/09/16	Oficiar moradores do entorno e coletores de berbigão para candidatura às cadeiras vagas conforme Regimento Interno, artigo 15	ICMBio Dayani	ICMBio	Até a próxima reunião	sim	prazo	Gestão Participativa	sim	Gestão do Conselho
10/10/16	Reapresentar a proposta do ICMBio de logomarca	ICMBio Dayani	ICMBio	Até a próxima reunião	não	não	Gestão Participativa	sim	Gestão da UC
10/10/16	Convidar no coordenador da CR9 para participar da próxima reunião do Conselho	ICMBio (Laci)	ICMBio	13/02/17	sim	prazo	Gestão Participativa	não	Atuação Política do Conselho
10/10/16	André e Alcir farão mobilização dos pescadores para o projeto piloto Turismo	GT Turismo	GT	próxima reunião do GT Turismo	sim	prazo	Uso Público (TBC)	sim	População Tradicional
11/11/16	Reunião do GT Obras + Secretaria Executiva para estudo estratégia caso DEINFRA e retirada das estacas	GT Obras	GT	24/11/16	sim	prazo	Licenciamento	não	Atuação Política do Conselho
11/11/16	Incluir no GT Casan AMOSAD/Coletivo UC e AMOCAR	Dayani	GT	até nov/17	sim	prazo	Licenciamento	não	Gestão do Conselho
11/11/16	Primeiro assunto da pautade fev/17 será a Campanha Berbigão para Sempre e Terra Madre	ICMBio (Dayani)	Conselheiro	13/02/17	sim	prazo	Uso sustentável dos recursos	não	População Tradicional
11/11/16	Reunião do GT CASAN + GT OBRAS para elaborar estratégia de atuação em relação à ETE Rio Tavares com as seguintes propostas iniciais: estudo dos pareceres e redação de moção de repúdio, visita MPF e vereadores, reunião presidente da CASAN, inclusão de EIA com estudos de alternativa locacional.	GTs (coordenação da AMOSAD)	GT	01/12/16	sim	prazo	Licenciamento	não	Atuação Política do Conselho
11/11/16	Conselheiro mediador/guardião	Conselho	Conselheiro	13/02/17	sim	prazo	Gestão Participativa	não	Gestão do Conselho
11/11/16	Recesso : próxima reunião em fev/2017.	ICMBio (Dayani)	ICMBio	13/02/17	sim	prazo	Gestão Participativa	sim	Gestão do Conselho
13/02/17	Construção de Moção de apoio para permanência da sede da Resex em seu entorno imediato	Coletivo UC da Ilha + AMOSAD + Infraero	Conselheiro	Para assinatura na próxima terça-feira	sim	prazo	Licenciamento	não	Atuação Política do Conselho
13/02/17	Vistoria do ICMBio + GT Casan na obra da ETE Rio Tavares	ICMBio Dayani	GT	próximos 15 dias	sim	prazo	Licenciamento	não	Atuação Política do Conselho
13/02/17	Reunião da CR9 + Resex no Deinfra para discutir condicionantes e retirada estacas	ICMBio	ICMBio	até 15 dias	sim	prazo	Licenciamento	sim	Atuação Política do Conselho
13/02/17	Incluir Dado no GT Turismo	ICMBio	GT	fev.	sim	prazo	Uso Público (TBC)	não	População Tradicional
13/02/17	Discutir o calendário para sextas feiras	ICMBio	ICMBio	próxima reunião	sim	prazo	Gestão Participativa	não	Gestão do Conselho

Data Reunião	Encaminhamento	Quem reunião	Quem interp. Dados	Quando?	Realizado?	Realizado Quando?	Temática	Demanda de Gestão	Impacto
10/04/17	Buscar "como" e "quando" será a reunião do GT Turismo com a Superintendência de Pesca	Alcir	Conselheiro	até 15 dias	não	não	Uso Público (TBC)	não	População Tradicional
10/04/17	Acompanhamento da retirada das estacas pelo GT Acompanhamento de obras (reunião com Ferrari 16/05)	GT Acompanhamento de Obras	GT	16/05 (reunião com Ferrari	Sim	prazo	Licenciamento	não	População Tradicional
08/05/17	Deixar sempre disponível em um cartaz a listagem dos GT e dos membros de cada grupo técnico da Resex, numa cartolina, como o presenciômetro, sem necessidade de apresentar na reunião	ICMBio	ICMBio	Até a próxima reunião	Sim	atraso	Gestão Participativa	sim	Gestão do Conselho
08/05/17	Reunião do GT Recuperação do Berbigão	ICMBio	GT	26/05/17	Sim	prazo	Uso sustentável dos recursos	não	População Tradicional
08/05/17	Reunião do GT Perfil da Família Beneficiária	ICMBio	GT	18/05/17	Sim	prazo	Reconhecimento/cadastro de usuários/beneficiários	sim	População Tradicional
08/05/17	Levar para a reunião da CASAN do dia 10/05 a disponibilidade da BAFL para instalat ETE em seu território	ICMBio	ICMBio	10/05/17	Sim	prazo	Licenciamento	não	Atuação Política do Conselho
17/07/17	Enviar para equipe da Resex as ações conjuntas entre GT Casan e GT acompanhamento de obras	Coletivo UC - FLORA	Conselheiro	Até a próxima reunião	não	não	Licenciamento	não	Gestão da UC
17/07/17	Na apresentação da gestão, detalhar mais as ações da equipe com órgãos públicos/MPF	ICMBio - Dayani	ICMBio	Até a próxima reunião	sim	prazo	MPF, judicializações	não	Atuação Política do Conselho
17/07/17	Preparar cartaz do GT Perfil da Familia Beneficiaria para acompanhamento dos GTs	ICMBio - Laci	ICMBio	Até a próxima reunião	sim	atraso	Reconhecimento/cadastro de usuários/beneficiários	sim	Gestão do Conselho
17/07/17	Incluir Jaime no GT perfil da Família beneficiária	ICMBio - Daniel	GT	Próxima reunião do GT Perfil	sim	prazo	Reconhecimento/cadastro de usuários/beneficiários	não	Gestão do Conselho
17/07/17	Repassar relatório + apresentação da Campanha berbigão para sempre aos conselheiros	ICMBio - Dayani	ICMBio	Até a próxima reunião	sim	prazo	Uso sustentável dos recursos	sim	População Tradicional
17/07/17	GT Acompanhamento de Obras entrar em contato com bombeiros para verificar se as estacas foram retiradas	ICMBio - Laci	GT	Até a próxima reunião	sim	prazo	Licenciamento	não	População Tradicional

Data Reunião	Encaminhamento	Quem reunião	Quem interp. Dados	Quando?	Realizado?	Realizado Quando?	Temática	Demanda de Gestão	Impacto
17/07/17	Levar para GT Recuperação do Berbigão a informação dos canais de escoamento para considerar na hora de pensar o plantio e recuperação do berbigão	ICMBio - Marcelo	GT	próxima reunião do GT Berbigão	sim	prazo	Uso sustentável dos recursos	não	População Tradicional
14/08/17	Encaminhar documentação para conselheiros referente ao "inquérito civil do Conselho"	Coletivo UC - FLORA	Conselheiro	Até a próxima reunião	sim	prazo	Gestão Participativa	não	Atuação Política do Conselho
14/08/17	Conselho pedir vistas ao IC do Conselho	ICMBio Dayani	ICMBio	Até a próxima reunião	sim	prazo	Gestão Participativa	sim	Atuação Política do Conselho
13/11/17	Ivan irá buscar contato para solicitação de SONAR na Receita Federal	Ivan BAFL	Conselheiro	Até a próxima reunião	pendente	pendente	Proteção e fiscalização	não	Gestão da UC
13/11/17	reunião do Gt Obras no primeiro trimestre/2018	GT OBRAS	GT	26/02 as 14h	não	não	Licenciamento	não	Gestão da UC
05/02/18	GT Obras irá fazer moções a respeito da Nova Sede	GT OBRAS	GT	26/02 as 14h	não	não	Licenciamento	não	Atuação Política do Conselho
05/02/18	Membros do GT Perfil da Família Beneficiária irão mobilizar participação para reunião do GT	GT Perfil	GT	23/02 as 14h	sim	prazo	Reconhecimento/cadastro de usuários/beneficiários	não	População Tradicional
05/02/18	Convidar Floripa Airport para reuniões do GT Obras	ICMBio	ICMBio	Até a próxima reunião	sim	prazo	Gestão Participativa	sim	Gestão da UC
05/02/18	Mandar e-mail com o projeto da nova sede para Conselheiros	ICMBio	ICMBio	Até a próxima reunião	sim	prazo	Licenciamento	não	Atuação Política do Conselho
05/02/18	Cobrar resposta do MPF sobre a Resoluçao nº 02/17 do Conselho Deliberativo	Graciela - AMOSAD	Conselheiro	Até a próxima reunião	sim	prazo	Gestão Participativa	não	Atuação Política do Conselho
05/02/18	EPAGRI (Felipe) irá participar do GT Turismo	GT Turismo	GT	Até a próxima reunião	sim	prazo	Uso Público (TBC)	não	Gestão do Conselho
09/07/18	Resolução do CD para Aimê apresentar resultados da pesquisa recuperação do berbigão- será entregue em reunião com Fabricio + Dado + ICMBio. Fabricio fará a minuta da Resolução e manda para conselheiros lerem por e-mail	Fabricio	Conselheiro	até 15 dias	não	não	Uso sustentável dos recursos	não	População Tradicional
09/07/18	Resolução do CD para prf. Claudio apresentar posição acerca da recuperação do Berbigão que será entregue em reunião com Fabricio + Dado + ICMBIo	Fabricio	Conselheiro		não	não	Uso sustentável dos recursos	não	População Tradicional
09/07/18	Ter sempre o mapa da Resex nas reuniões do Conselho	ICMBio	ICMBio	próxima reunião	sim	prazo	Gestão Participativa	sim	Gestão do Conselho

Data Reunião	Encaminhamento	Quem reunião	Quem interp. Dados	Quando?	Realizado?	Realizado Quando?	Temática	Demanda de Gestão	Impacto
09/07/18	Trazer encaminhamentos impressos para reunião	ICMBio	ICMBio	próxima reunião	sim	prazo	Gestão Participativa	sim	Gestão do Conselho
09/07/18	Enviar para conselheiros planos de manejo da Nova IN como exemplos	ICMBio	ICMBio	até a próxima reunião	sim	prazo	Gestão Participativa	sim	Gestão do Conselho

APÊNDICE 3 - "Grupo de Entrega 02"- Diagnóstico das reuniões do Conselho Deliberativo da Resex do Pirajubaé

Data Reunião	Nº reunião	Tipo Ord/Extra	Pauta	Temática	Demanda de Gestão	Impacto
12/09/16	26	Ord	Aprovação do Diagnóstico Fase 1 do Plano de Manejo Participativo PMP	Plano de Manejo	Sim	Gestão da UC
12/09/16	26	Ord	Acompanhamento do presenciômetro e possível substituição de conselheiros conforme Regimento Interno	Gestão Participativa	não	Gestão do Conselho
12/09/16	26	Ord	Apresentação do Parecer da Procuradoria Federal sobre a ACB e debate a respeito da organziação social	Organização Social	Sim	População Tradicional
10/10/16	27	Ord	Revisão da composição do conselho (vagas em aberto)	Gestão Participativa	não	Gestão do Conselho
10/10/16	27	Ord	Recomposição da Secretaria Executiva	Gestão Participativa	não	Gestão do Conselho
10/10/16	27	Ord	Divulgação do resultado do edital de capacitação	Gestão Participativa	não	Gestão do Conselho
14/11/16	28	Ord	Aprovação do Diagnóstico do Plano de Manejo Participativo	Plano de Manejo	Sim	Gestão da UC
14/11/16	28	Ord	Apresentação e nivelamento de informações a respeito da ETE Rio Tavares (CASAN)	Licenciamento	Sim	Atuação Política do Conselho
14/11/16	28	Ord	Campanha Berbigão para Sempre	Uso sustentável dos recursos	não	População Tradicional
14/11/16	28	Ord	Resultado participação no evento Terra Madre	Uso sustentável dos recursos	não	População Tradicional
13/02/17	29	Ord	Campanha Berbigão para Sempre e Terra Madre	Uso sustentável dos recursos	não	População Tradicional
13/02/17	29	Ord	Revisão dos representantes (presenciômetro)	Gestão Participativa	não	Gestão do Conselho

Data Reunião	Nº reunião	Tipo Ord/Extra	Pauta	Temática	Demanda de Gestão	Impacto
13/02/17	29	Ord	Roda de conversa com o coordenador regional	Licenciamento	Sim	Atuação Política do Conselho
10/04/17	30	Ord	Alteração de calendário	Gestão Participativa	não	Gestão do Conselho
10/04/17	30	Ord	Projeto Piloto de Base Comunitária	Uso Público (TBC)	não	População Tradicional
10/04/17	30	Ord	Encaminhamentos do GT CASAN	Licenciamento	Sim	Atuação Política do Conselho
08/05/17	31	Ord	Resultado dos estudos populacionais berbigão e medidas para recuperação	Pesquisa	Sim	População Tradicional
08/05/17	31	Ord	Formalização do GT Perfil da Família Beneficiária e resultados trabalhos da Comissão de Cadastro	Reconhecimento/cadastro de usuários/beneficiários	Sim	População Tradicional
07/06/17	2	Extra	tratar de encaminhamentos em relação a ETE Rio Tavares e foi motivada após as reuniões acorridas com o GT CASAN nos dias 10/05/2017 e 15/05/2017.	Licenciamento	Sim	Atuação Política do Conselho
26/06/17	32	Ord	proposta do Perfil da Família Beneficiária	Reconhecimento/cadastro de usuários/beneficiários	Sim	População Tradicional
26/06/17	32	Ord	Projeto de pesquisa	Pesquisa	Sim	Gestão da UC
17/07/17	33	Ord	resultados da Campanha Berbigão para Sempre	Uso sustentável dos recursos	Sim	População Tradicional

Data Reunião	Nº reunião	Tipo Ord/Extra	Pauta	Temática	Demanda de Gestão	Impacto
14/08/17	34	Ord	Aprovação da proposta do GT Perfil da Família Beneficiária de beneficiários da Resex	Reconhecimento/cadastro de usuários/beneficiários	Sim	População Tradicional
13/11/17	35	Ord	Homologação da 1ª Lista de Beneficiários da Resex do Pirajubaé	Reconhecimento/cadastro de usuários/beneficiários	Sim	População Tradicional
05/02/18	36	Ord	Aprovação de projeto de pesquisa - SISBIO	Pesquisa	Sim	Gestão da UC
05/02/18	36	Ord	Apresentação do resultado dos trabalhos do Conselho em 2017 e seus Grupos de Trabalho	Gestão Participativa	não	Gestão do Conselho
05/02/18	36	Ord	Continuidade dos trabalhos do GT Perfil da Família Beneficiária e emissão das carteirinhas de beneficiários	Reconhecimento/cadastro de usuários/beneficiários	Sim	População Tradicional
05/02/18	36	Ord	Apresentação da situação dos processos de autorização para licenciamento CASAN e DEINFRA (novo acesso ao aeroporto)	Licenciamento	Sim	Atuação Política do Conselho
05/02/18	36	Ord	Informes sobre a Compensação Ambiental - Infraero	Licenciamento	Sim	Atuação Política do Conselho
21/05/18	37	Ord	Homologação da 1ª Lista de Beneficiários da Resex do Pirajubaé	Reconhecimento/cadastro de usuários/beneficiários	Sim	População Tradicional

Data Reunião	Nº reunião	Tipo Ord/Extra	Pauta	Temática	Demanda de Gestão	Impacto
21/05/18	37	Ord	Apresentação dos trabalhos do GT Turismo	Uso Público (TBC)	não	População Tradicional
09/07/18	38	Ord	Homologação da 2ª Lista de Beneficiários da Resex do Pirajubaé	Reconhecimento/cadastro de usuários/beneficiários	Sim	População Tradicional
09/07/18	38	Ord	Aprovação proposta de logomarca da Resex	Gestão Participativa	Sim	Gestão da UC
09/07/18	38	Ord	Cronograma de ações relativas ao Plano de Manejo	Plano de Manejo	Sim	Gestão da UC
17/09/18	39	Ord	Homologação da 2ª Lista de Beneficiários da Resex do Pirajubaé	Reconhecimento/cadastro de usuários/beneficiários	Sim	População Tradicional
17/09/18	39	Ord	Apresentação do andamento do projeto de Turismo de Base Comunitária	Uso Público (TBC)	não	População Tradicional

APÊNDICE 4 - "Grupo de Entrega 02"- Diagnóstico das reuniões dos Grupos de Trabalho do Conselho Deliberativo da Resex do Pirajubaé

Diagnóstico das reuniões dos Grupos de Trabalho do Conselho Deliberativo da Resex do Pirajubaé no período de 09/2016 a 09/2018

1. **GT Perfil da Família Beneficiária**

1.1. Data de Criação: 08/05/2017, 31ª Reunião Ordinária

Originalmente os cadastros eram analisados por uma Comissão que foi criada em 2008.

Na 31ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo (CD), ocorrida em 08 de maio de 2017, visando adequar-se à nova Instrução Normativa do ICMBio, o grupo foi renomeado para GT perfil da Família Beneficiária.

1.2. Reuniões, encaminhamentos

Data	Pauta	Encaminhamento	Resultado	Qtd. Horas
20/04/17	Apresentação da proposta do Perfil da Família Beneficiária e critérios para cadastramento, a partir de consolidação das informações debatidas pela Comissão em reuniões anteriores	Levar proposta para o Conselho Deliberativo, dia 08/05/17. Formalizar o GT que ainda funciona como Comissão	Proposta aprovada	3
18/05/17	Discussão da proposta do Perfil da Família Beneficiária, a partir das construções da Comissão de Cadastro de reuniões anteriores e CD (reunião de 08/05/17)	Levar proposta para o Conselho Deliberativo (reunião 26/06/17)	Proposta aprovada, exceto a parte que trata da limitação de renda para categoria C	3
04/08/17	Elaboração de minuta de Resolução do Conselho acerca de critérios e procedimentos para análise de solicitações de reconhecimento como beneficiário da Resex	Continuar as reuniões para elaboração	Construção da minuta iniciada	3
11/08/17	Elaboração de minuta de Resolução do Conselho acerca de critérios e procedimentos para análise de solicitações de reconhecimento como beneficiário da Resex	Levar proposta para o Conselho Deliberativo	Minuta construída	3
06/09/17	Elaboração da Lista de Beneficiários, de acordo com a Portaria 532/17 (Perfil) e Resolução CD 01/17 (critérios e procedimentos cadastro)	Continuar em próxima reunião	48 processos analisados	3
15/09/17	Elaboração da Lista de Beneficiários, de acordo com a Portaria 532/17 (Perfil) e Resolução CD 01/17 (critérios e procedimentos cadastro)	Continuar em próxima reunião	97 processos analisados	3

Diagnóstico das reuniões dos Grupos de Trabalho do Conselho Deliberativo da Resex do Pirajubaé no período de 09/2016 a 09/2018

29/09/17	Elaboração da Lista de Beneficiários, de acordo com a Portaria 532/17 (Perfil) e Resolução CD 01/17 (critérios e procedimentos cadastro)	1ª Lista será encaminhada para o CD	128 processos analisados 1ª Lista Elaborada	3
09/03/18	Elaboração da 2ª Lista de Beneficiários, de acordo com a Portaria 532/17 (Perfil) e Resolução CD 01/17 (critérios e procedimentos cadastro)	Elaborar e encaminhar formulário para recurso de processos indeferidos pelo GT Perfil; Continuar análise na próxima reunião do GT	25 processos analisados	3
20/03/18	Elaboração da 2ª Lista de Beneficiários, de acordo com a Portaria 532/17 (Perfil) e Resolução CD 01/17 (critérios e procedimentos cadastro)	Encaminhar a questão dos militares que utilizam a área da Praia da Base para pesca recreativa para reunião do Conselho	24 processos analisados	3
12/09/18	Elaboração da 2ª Lista de Beneficiários, de acordo com a Portaria 532/17 (Perfil) e Resolução CD 01/17 (critérios e procedimentos cadastro)	Encaminhar para aprovação da 2ª Lista pelo Conselho e validação dos pedidos de recurso	15 processos analisados	3

2. GT Recuperação do Berbigão

2.1. Data de Criação: 08/05/2017, 31ª Reunião Ordinária

2.2. Reuniões, encaminhamentos

Data	Pauta	Encaminhamento	Resultado	Qtd. Horas
26/05/17	Relembrar estudo populacional berbigão da Univali; definir objetivo do projeto de recuperação; estabelecer proposta de ação	Reuniões para tratar de três distintas dimensões da problemática: científica, de gestão e sociopolítica.	Objetivo definido	2,5
05/06/17	Listar possíveis causas da mortandade e identificar parâmetros possíveis de monitoramento	Conclusão das possíveis causas/focos de pesquisa	seis encaminhamentos relacionados à pesquisa	3
03/07/17	Construção de proposta técnica do projeto de recuperação	Necessidade de delimitar melhor a área a ser trabalhada para posterior avanço na construção do projeto	Plano de Ação construído com participação dos membros do GT	2,5
02/10/17	1) Apresentação da Nota Técnica 01/2017/CTTMar/UNIVALI 2) Direcionar próximas ações na elaboração da proposta do projeto de recuperação do berbigão	Conclusões técnicas a respeito da metodologia do projeto	Avaliação do Plano de ação com inclusão de novas ações.	2,5

Diagnóstico das reuniões dos Grupos de Trabalho do Conselho Deliberativo da Resex do Pirajubaé no período de 09/2016 a 09/2018

3. GT Plano de Manejo
3.1. Data de Criação: 2017
3.2. Reuniões, encaminhamentos

Data	Pauta	Encaminhamento	Resultado	Qtd. Horas
17/05/17	Nova redação do dos parágrafos Diagnostico do Plano de Manejo que tratam do loteamento Santos Dumont	Incluir mapa, mudar redação para "porção Leste do loteamento"	Proposta de redação para ser apresentada ao Conselho	3
03/07/18	Nova IN de Plano de Manejo, atualização do planejamento da Resex, oficinas para o plano de uso dos recursos	Cronograma será apresentado ao Conselho	Cronograma do Plano de Manejo elaborado; planejamento de metodologia para oficinas de regramento de uso	3,5

4. GT CASAN
4.1. Data de Criação: 26/04/2012
4.2. Reuniões, encaminhamentos

Data	Pauta	Encaminhamento	Resultado	Qtd. Horas
01/12/16	Construção da Moção Repúdio à Instalação da ETE endereçada ao MPF. Recomendando que se estude uma alternativa locacional.	Convidar presidente da CASAN para reunião do Conselho; enviar moção para Ação Civil Pública do MPF	Moção redigida	3
24/04/17	Vistoria do GT CASAN às obras da ETE para verificar denúncia de início das obras antes de cumprimento de condicionantes da ALA	Reunião para 10/05	Vistoria realizada	1,5
10/05/17	CASAN apresentar proposta de iniciar a obra concomitante aos estudos	Nova reunião para 15/05 para o GT estudar e avaliar a proposta da CASAN	Proposta discutida e apresentada	3,5
15/05/17	Avaliação da proposta da CASAN iniciar a obra e depois estudar alternativa locacional de lançamento	Reunião extraordinária do Conselho 07/06	Proposta não foi aceita pelo GT	4

5. GT Acompanhamento de Obras
5.1. Data de Criação: 27/06/2013
5.2. Reuniões, encaminhamentos

Diagnóstico das reuniões dos Grupos de Trabalho do Conselho Deliberativo da Resex do Pirajubaé no período de 09/2016 a 09/2018

Data	Pauta	Encaminhamento	Resultado	Qtd. Horas
24/11/16	estudar estratégia para o caso Deinfra (descumprimento de condicionantes) e retirada das estacas da Ponte, obra da Diomício	Apresentar ao Conselho	Estratégia elaborada	3,5

6. GT Turismo de Base Comunitária

6.1. Data de Criação: 15/12/2015

6.2. Reuniões, encaminhamentos

Data	Pauta	Encaminhamento	Resultado	Qtd. Horas
10/08/17	Visita técnica BAFL para autorização do Projeto na Praia da Base (área de segurança da aeronáutica)		Visita realizada	3,5
16/08/17	Redefinição do Projeto de TBC	Continuidade em próxima reunião	Novas diretrizes desenhadas	3,5
13/09/17	Discussão de Estratégias para redefinição do projeto	Continuidade em próxima reunião	Novas diretrizes desenhadas	3,5
21/02/18	Apresentar a aprovação do projeto elaborado por este GT Turismo do Conselho Deliberativo da Resex, na ampliação da chamada do PNUD para Turismo de Base Comunitária – TBC 2. Planejar a atuação e a organização do GT Turismo na execução do projeto	Próxima reunião 28/02	Definição de amostragem para execução do projeto e metodologia, Plano de ação elaborado	3
28/02/18	Apresentar avanços nas negociações dos TDRs com ICMBio Sede; Discutir abordagem e estratégias de execução do projeto TBC/PNUD	Continuidade do plano de ação	Discussão feita	3
14/03/18	Discutir questionário e metodologia de abordagem da fase de levantamento da percepção dos extrativistas sobre o turismo na Resex Marinha do Pirajubaé	Continuidade do plano de ação	Sistematização dos produtos do projeto	3
21/03/18	Aprimorar os questionários para aplicação teste nos integrantes do projeto de turismo (equipe do Alcir). -	Continuidade do plano de ação	Pauta executada	3

Diagnóstico das reuniões dos Grupos de Trabalho do Conselho Deliberativo da Resex do Pirajubaé no período de 09/2016 a 09/2018

	Discutir metodologia de aplicação e plano de trabalho. -Discutir melhor o formato/conteúdo do material pedagógico. -Definir datas/cronograma possíveis dos passeios de barco. -Definir aplicação do pré-teste do questionário			
24/04/18	Realizar ajustes finais do material informativo e avaliar a saída de campo realizada no dia 13 de abril/18	Continuidade do plano de ação	Pauta executada	3
05/04/18	Apresentação do resultado dos questionários realizados	Continuidade do plano de ação	Pauta executada	3

APÊNDICE 5. Tabela da participação nas reuniões dos conselheiros por setor de representatividade

SETOR		CONSELHEIRO	12/09/16	10/10/16	14/11/16	13/02/17	10/04/17	08/05/17	07/06/17	26/06/17	17/07/17	14/08/17	13/11/17	05/02/18	21/05/18	09/07/18	17/09/18
Órgãos Públicos	Órgãos Públicos Ambientais, dos três níveis da Federação	RESEX Marinha do Pirajubaé/ICMBio	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
	Órgãos do Poder Público de áreas afins, dos três níveis da Federação	CASAN – Companhia Abastecimento Água e Saneamento	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
		PMF – Superintendência da Pesca, Maricultura e Agricultura - SMPMA	P	P	P	F	P	P	P	P	P	P	P	P	F	P	P
		EPAGRI – EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL	P	P	F	P	F	P	P	F	P	P	P	P	F	F	P
Sociedade Civil	Setor de Organizações Não Governamentais	ASSOCIAÇÃO COLETIVO UC DA ILHA	F	F	P	P	P	P	P	F	P	F	P	P	P	F	P
		SLOW FOOD SANTA CATARINA	P	P	P	F	F	P	F	P	F	P	F	F	F	F	F
	Setor de Moradores do Entorno	AMOCAR/AMOSAD	P	P	P	F	P	P	P	P	F	P	P	P	P	F	P
Ensino e Pesquisa	Setor de Universidades Públicas e Privadas.	INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO - IFSC	F	P	F	P	P	P	F	P	F	P	F	F	P	F	P
		UNIVALI Universidade do Vale do Itajaí	P	F	F	F	P	P	P	F	F	F	F	F	F	P	F
	Setor de Coletores	Fabrício Gonçalves/Frutuoso Genésio Lopes	P	F	P	P	F	P	P	P	P	F	P	F	F	P	P
		Evaldo Euclides do Nascimento	P	P	P	P	F	P	P	F	F	F	F	F	F	F	F

SETOR		CONSELHEIRO	12/09/16	10/10/16	14/11/16	13/02/17	10/04/17	08/05/17	07/06/17	26/06/17	17/07/17	14/08/17	13/11/17	05/02/18	21/05/18	09/07/18	17/09/18
População Tradicional	de Berbigão	Leonardo Manoel de Souza	P	F	F	P	F	P	P	P	P	F	F	F	F	P	F
		Leci Amancio Dias do Nascimento	P	P	P	P	F	F	P	F	F	F	F	F	F	F	F
	Setor de Pescadores Artesanais A	Aristides Avelino Raulino/Maria Aparecida da Luz	P	P	P	P	F	P	F	F	F	F	F	F	F	P	P
		Vilson de Oliveira	P	F	F	P	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	P
		Felipe Coelho Anselmo/Ledoir Anselmo	P	P	P	P	F	P	F	P	F	P	F	F	P	F	F
	Setor de Pescadores Artesanais B	Assis Fermino Martins/Alcir Albano Martins	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
		Jaime Martins/João Batista José	P	P	F	P	P	P	F	P	P	P	F	F	F	F	P
	Setor de Pescadores Artesanais C	Humberto Calandrini P Coelho/Wanderlei Carlos Felix	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
		Irmo Euzébio Daniel/Rodolfo José de Sousa	F	P	F	P	F	P	P	P	F	P	F	P	F	F	P
		André Luiz Cardoso/Paulo Souza	F	P	F	P	F	P	F	P	F	F	P	F	P	P	P
		Celso de Souza Botelho	F	P	P	F	F	P	P	P	P	P	P	P	F	P	F

ANEXO 01 – Indicadores propostos pela consultoria do ICMBio em análise e validação para o Princípio 1. LEGITIMIDADE E VOZ

Parâmetro	Indicadores propostos/ainda não aplicados
1.1 MANDATO DEMOCRÁTICO/LEGAL	1.1.1 Composição atualizada/mandato regular dos conselheiros 1.1.2 Atos do conselho em conformidade com as normativas 1.1.3 Conselheiros atuam de acordo com o seu mandato e o propósito da UC (objetivos individuais estão em segundo plano) 1.1.4 Composição atual do conselho em conformidade com os marcos legais 1.1.5 Existência de mecanismos para fluxo de comunicação regular e contínuo entre conselheiros e partes representadas 1.1.6 Conselho reúne-se mesmo na vacância da Chefia da UC
1.2 REPRESENTATIVIDADE DOS INTERESSES E SEGMENTOS DA REGIÃO COM INTERFACE COM A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	1.2.1 Critérios de definição dos representantes das instituições ou comunidades contribuem para uma representação legítima 1.2.2 Percentual de segmentos relevantes para a unidade de conservação contemplados na composição do conselho 1.2.3 Há discussão referente a pauta proposta para as reuniões entre os conselheiros e seus representados, em momento prévio a reunião 1.2.4 Número de assentos em vacância 1.2.5 Diversidade (representatividade) de assuntos tratados no conselho, suas câmaras temáticas e grupos de trabalho (relacionados aos temas de uso da UC e seu entorno)
1.3 ACEITAÇÃO E RECONHECIMENTO PELO ÓRGÃO GESTOR	1.3.1 Percentual de respostas às demandas/encaminhamentos do Conselho 1.3.2 Percentual de atos de gestão sem a participação do Conselho
1.4 ACEITAÇÃO E RECONHECIMENTO PELA SOCIEDADE	1.4.1 Dissemina informações sobre a UC aos afetados pela gestão 1.4.2 Comunicação efetiva da UC com as comunidades locais 1.4.3 Número de parcerias institucionais para a gestão da UC 1.4.4 Comunicação das comunidades locais ao conselho 1.4.5 Notícias sobre o conselho que é publicada na imprensa 1.4.6 Demandas que se refere ao Conselho pelas entidades/organizações 1.4.7 Percentual da rede de governança local que participa do Conselho
1.5 RESPEITO ÀS REGRAS ACORDADAS	1.5.1 Procedimentos são implementados em acordo com seu regimento interno
1.6 DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO***parâmetro marcado para supressão	1.6.1 Número de ações de comunicação sobre a unidade realizadas com apoio dos conselheiros 1.6.2 As informações são apresentadas em forma e linguagem apropriada aos diversos grupos sociais

Parâmetro	Indicadores propostos/ainda não aplicados
1.7 COMUNICAÇÃO ENTRE CONSELHEIROS ***parâmetro marcado para supressão	1.7.1 Existência de canal de comunicação ativo para compartilhamento contínuo de informações entre conselheiros
1.8 COMUNICAÇÃO ENTRE CONSELHO E GESTOR DA UNIDADE ***parâmetro marcado para supressão	1.8.1 Existência de comunicação entre o gestor da unidade e os conselheiros no período entre reuniões para o compartilhamento de informações sobre gesto da unidade
1.9 CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS PARA DESEMPENHAR SUAS FUNÇÕES	1.9.1 Nível de conhecimento dos conselheiros sobre os instrumentos de gestão da UC é adequado 1.9.2 Nível de conhecimento sobre os objetivos ambientais e sociais da unidade é adequado 1.9.3 Nível de conhecimento sobre planos e politicas nacionais e obrigações nacionais e internacionais relativos às APs é adequado 1.9.4 Capacitações realizadas para os conselheiros sobre os instrumentos de gestão da UC
1.10 ENGAJAMENTO SOCIAL NAS REUNIÕES DO CONSELHO	1.10.1 Frequência com que os conselheiros propõem temas de pauta 1.10.3 Funcionamento (rotina) de câmaras temáticas e grupos de trabalho 1.10.4 Participação de atores que não fazem parte do conselho 1.10.5 Percentual de convocações realizadas dentro do prazo regulamentar estabelecido no regimento interno
1.11 PARTICIPAÇÃO ATIVA NAS DECISÕES REFERENTE À UC	1.11.1 Percentual de conselheiros presentes nas reuniões de conselho 1.11.2 Atos do conselho tratados/atendidos ao nível da gestão local (sem ter sido remetidos para instâncias superiores) 1.11.3 Número de manifestações decisórias ou opinativas do conselho gestor em relação à gestão da unidade 1.11.4 A maioria das decisões, consensuais ou não, são precedidas de discussão (mesmo que resultem em um sistema de votação) 1.11.5 Propõe, por resolução, normas dos planos específicos as regras de uso de recursos não previstas na legislação vigente 1.11.6 Acordo de Gestão e o Plano de Manejo Participativo da Unidade de Conservação aprovado em resolução, após prévia aprovação do órgão gestor (deliberativo) 1.11.7 Monitora e avalia a implementação do Acordo de Gestão e Plano de Manejo da unidade
1.12 PREVINE A DISCRIMINAÇÃO DE GRUPOS VULNERÁVEIS ***grupo não interagiu com este parâmetro	1.12.1 Existência de um mapeamento de grupo de vulneráveis 1.12.2 Número de ações para engajamento de partes vulneráveis
1.13 TRANSPARÊNCIA NOS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO ***grupo não interagiu com este parâmetro	1.13.1 A tomada de decisões na gestão é transparente

ANEXO 02 – Indicadores propostos pela consultoria do ICMBio em análise e validação para o Princípio 2. ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

Parâmetro	Indicadores propostos pela consultoria do ICMBio
2.1 Conectividade do conselho com os objetivos de criação da uc, com a missão do ICMBio, planos e políticas regionais e nacionais e obrigações nacionais e internacionais relativos às áreas protegidas	2.1.1. Há um mapeamento de colegiados que tenham conexão com os objetivos da UC 2.1.2 Grau de conexão do conselho gestor com outros colegiados com interface com a unidade de conservação 2.1.3 Número de encaminhamentos em desacordo com orientações nacionais ou internacionais 2.1.4 Número de decisões ou manifestações não encaminhadas por restrições legais
2.2 Integração da UC com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos	2.2.1 Existência de instrumentos de planejamento territorial integrados e em implementação
2.3 Orientação para resultados: planejamento e ações orientados para os objetivos da UC	2.3.1 Utiliza o plano de manejo ou outro instrumento legal de médio/longo prazo gestão para orientar suas ações 2.3.2 As potencialidades de manejo da unidade de conservação são debatidas pelo conselho 2.3.3 Propõe iniciativas de gestão orientadas por acordos e práticas de manejo 2.3.4 Monitora a execução do Plano de manejo 2.3.5 Adota um plano de ação, com cronograma de atividades e mecanismo de avaliação continuada que dialoga com o planejamento da unidade 2.3.6 As ações de gestão estão alinhadas às prioridades da UC, definidas no Plano de Manejo
2.4 Adoção de processos de planejamento e gestão adaptativos	2.4.1 O conselho gestor tem uma cultura de, intencionalmente, aprender a partir das experiências e absorver novos conhecimentos 2.4.2 Os processos internos e procedimentos, são rearranjados periodicamente em resposta a mudança de condições internas e externas

ANEXO 03 – Indicadores propostos pela consultoria do ICMBio em análise e validação para o Princípio 3. DESEMPENHO

Parâmetro	Indicadores propostos pela consultoria do ICMBio
3.1 Contribuição para o alcance dos objetivos da unidade de conservação	3.1.1 Promove ampla discussão sobre a efetividade da Unidade de Conservação e as iniciativas para sua implementação 3.1.2 Percentual da unidade de conservação desmatado/degradado 3.1.3 Grau de envolvimento na elaboração e implementação dos instrumento de gestão da unidade 3.1.4 Número de visitantes por mês (para UCs que admitem uso público) 3.1.5 Percentual de reuniões anuais onde houve participação ativa do CG no planejamento da produção agroextrativista e da organização da comercialização 3.1.6 Situação dos estoques dos recursos naturais explorados 3.1.7 Incorporação do conhecimento tradicional aos processos de gestão da unidade 3.1.8 Acompanha e propõe ações para a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão da Unidade de Conservação 3.1.9 Plano de manejo revisado e contribuições encaminhadas em um prazo de até 30 (trinta) dias (UCs de uso sustentável com população tradicional, exceto Resex e RDS). 3.1.10 Avalia a necessidade de realização de etapas prévias ao início da elaboração do plano de manejo, tais como a necessidade de esclarecimentos e de divulgação de informações sobre o plano de manejo para os grupos sociais relacionados, a complementação da caracterização da UC em conjunto com as populações tradicionais, a identificação de áreas de ocupação e uso de recursos naturais e a discussão prévia das normas gerais que orientarão a gestão 3.1.11 Opina sobre a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade (consultivo) 3.1.12 Ratifica a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade (deliberativo) 3.1.13 Acompanha a gestão por OSCIP por meio da análise de relatórios de atividades da
3.2 Adoção de processos de planejamento e gestão adaptativos (resiliência)	3.2.1 O conselho gestor tem uma cultura de, intencionalmente, aprender a partir das experiências e absorver novos conhecimentos 3.2.2 Os processos internos e procedimentos, são rearranjados periodicamente em resposta a mudança de condições internas e externas

Parâmetro	Indicadores propostos pela consultoria do ICMBio
3.3 Capacidade de gerenciamento de riscos e conflitos	3.3.1 Os impasses são resolvidos, majoritariamente, por meio de discussões consensuais (não por voto) 3.3.2 Articula e propõe formas de gestão e resolução de conflitos com os setores envolvidos 3.3.3 Tem procedimentos para identificar, caracterizar e gerir riscos 3.3.4 Manifesta-se sobre qualquer obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos 3.3.5 Emite parecer sobre autorizações para a exploração comercial de produtos, sub-produtos ou serviços em Unidade de Conservação de domínio público
3.4 Capacidade de resposta às partes interessadas	3.4.1 Busca compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade
3.5 Participação ativa no planejamento e implementação de ações da unidade de conservação	3.5.1 Percentual de conselheiros participantes das oficinas para construção ou revisão do plano de manejo 3.5.2 Acompanha a elaboração e a implementação do Acordo de Gestão, do Plano de Manejo Participativo e dos demais instrumentos de gestão da Unidade de Conservação 3.5.3 Número de demandas e proposições de ações de conservação, pesquisa, educação ambiental, proteção, controle, monitoramento e manejo que promovam a conservação dos recursos, aos órgãos competentes, instituições de pesquisa e desenvolvimetno socioambiental
3.6 Meios necessários para desempenhar suas funções	3.6.1 As reuniões são convocadas com a devida antecedência 3.6.2 As informações de base para as reuniões são encaminhadas com antecedência adequada para que haja discussão prévia entre entre representantes e representados 3.6.3 Existência de estrutura organizacional (grupos de trabalho, câmaras temáticas, comitê de gestão) apropriada para analisar e encaminhar especificidades da unidade 3.6.4 Existência de recursos financeiros suficientes e regulares para as reuniões do conselho 3.6.5 O conselho busca diversificar fontes orçamentárias de modo a garantir recursos suficientes para suas reuniões e ações
3.7 Capacidade de concretização	3.7.1 Percentual de ações concretizadas dentre as programadas no plano de ação
3.8 Monitoramento e avaliação regulares e abrangentes contribuem para o planejamento das ações	3.8.1 Os resultados da pesquisa, monitoramento e o conhecimento tradicional são incluídos rotineiramente no planejamento? 3.8.2 Avalia e monitora continuamente seu desempenho 3.8.3 Estabelece prioridades de ação com base na análise do seu desempenho
3.9 Ampliação da rede de parceiros	3.9.1 Existência de articulação efetiva da UC com órgãos e entidades relacionadas 3.9.2 Os funcionários da UC colaboram regularmente com os parceiros, comunidades locais e outras organizações

ANEXO 04 – Indicadores propostos pela consultoria do ICMBio em análise e validação para o Princípio 4. RESPONSABILIDADES E PRESTACAO DE CONTAS

Parâmetro	Indicadores propostos pela consultoria do ICMBio
4.1 Papéis e responsabilidades bem definidos	4.1.1 Há um Regimento Interno elaborado e aprovado 4.1.2 Há um Plano de Ação do conselho 4.1.3 Percentual de instituições-membro assumindo responsabilidades no Plano de Ação
4.2 Democratização do conhecimento sobre a unidade de conservação e seu território de influência	4.2.1 Existência de uma estratégia de comunicação e/ou Plano de Comunicação adequado aos distintos públicos 4.2.2 Estratégia de comunicação e/ou Plano de Comunicação adequado aos distintos públicos, implementada 4.2.3 Informações relevantes sobre o desempenho da gestão da UC e o uso de regulamentações, gastos e outros poderes estão organizadas 4.2.4 Informações relevantes sobre a gestão da AP e o uso de regulamentações e gastos outros poderes podem ser acessadas pelo público a qualquer momento 4.2.5 Canais de comunicação com o público estabelecidos são adequados ao repasse das informações a sociedade
4.3 Monitoramento dos compromissos assumidos por cada conselheiro	4.3.1 A implementação do plano de ação do conselho é monitorada de modo contínuo 4.3.2 Percentual de atividades do plano de ação executadas 4.3.3 Percentual de encaminhamentos realizados por reunião 4.3.4 As causas para o não cumprimento das responsabilidades atribuídas aos conselheiros são identificadas e mitigadas
4.4 Prestação de contas dos conselheiros às partes interessadas	4.4.1 Existência de canais de comunicação e/ou rotina que permitem o eficiente repasse das discussões do conselho entre conselheiros e representados 4.4.2 Informa seus representados sobre decisões e proposições do conselho 4.4.3 Os conselheiros prestam contas à UC sobre o cumprimento das responsabilidades por eles assumida
4.5 Prestação de contas relativo à gestão e ao orçamento destinado à unidade	4.5.1 Existe uma rotina estabelecida de apresentação e discussão do orçamento previsto e executado pela unidade 4.5.2 A elaboração/revisão e implementação dos instrumentos de gestão da UC são acompanhados pelo conselho periodicamente 4.5.3 O orçamento da unidade e o relatório financeiro anual, elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação, são avaliados regularmente pelo conselho

ANEXO 05 – Indicadores propostos pela consultoria do ICMBio em análise e validação para o Princípio 5. JUSTIÇA E DIREITOS

Parâmetro	Indicadores propostos pela consultoria do ICMBio
5.2 Direitos humanos e das populações tradicionais e povos indígenas são respeitados	5.2.1 As comunidades locais participam das decisões pelas quais são afetadas 5.2.2 Número de pautas das representações das populações tradicionais apresentadas e discutidas 5.2.3 Número de manifestações e deliberações sobre assuntos de interesse das populações tradicionais emitidas 5.2.4 Perfil e relação das famílias beneficiárias homologado pelo conselho (para Resex ou RDS) 5.2.5 Relação das famílias beneficiárias homologada pelo Conselho (RESEX ou RDS) 5.2.6 Manifestação sobre a homologação do perfil da família beneficiária encaminhada (Flonas) 5.2.7 Perfil das famílias beneficiárias publicado 5.2.8 Demanda e propõe aos órgãos competentes ações ou políticas públicas de qualidade de vida e apoio ao extrativismo às populações tradicionais beneficiárias da Unidade de Conservação 5.2.9 Propõe diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso 5.2.10 Conflitos do entorno e interior da UC são evidenciados, discutidos e encaminhados no Conselho 5.2.11 Fomenta e acompanha a elaboração e implementação de Termos de Ajustamento de Conduta e/ou Termos de Compromisso com popuações residentes em UCs de PI 5.2.12 Emite parecer sobre condições de permanência de populações tradicionais em UCs de PI, previstas nos termos de compromisso (negociado entre OG e populações), enquanto as mesmas não forem reassentadas 5.2.13 Mecanismos formais asseguram a posse ou o direito de uso a longo prazo 5.2.14 Fomenta o acesso a poLíticas públicas (educação, saúde e habitação) de qualidade 5.2.15 Assegura direitos de proprietários não indenizados
5.3 Oportunidades apropriadas para todos os conselheiros no encaminhamento de processos e ações	5.3.1 Há um equilíbrio entre os conselheiros quanto as proposições de pauta